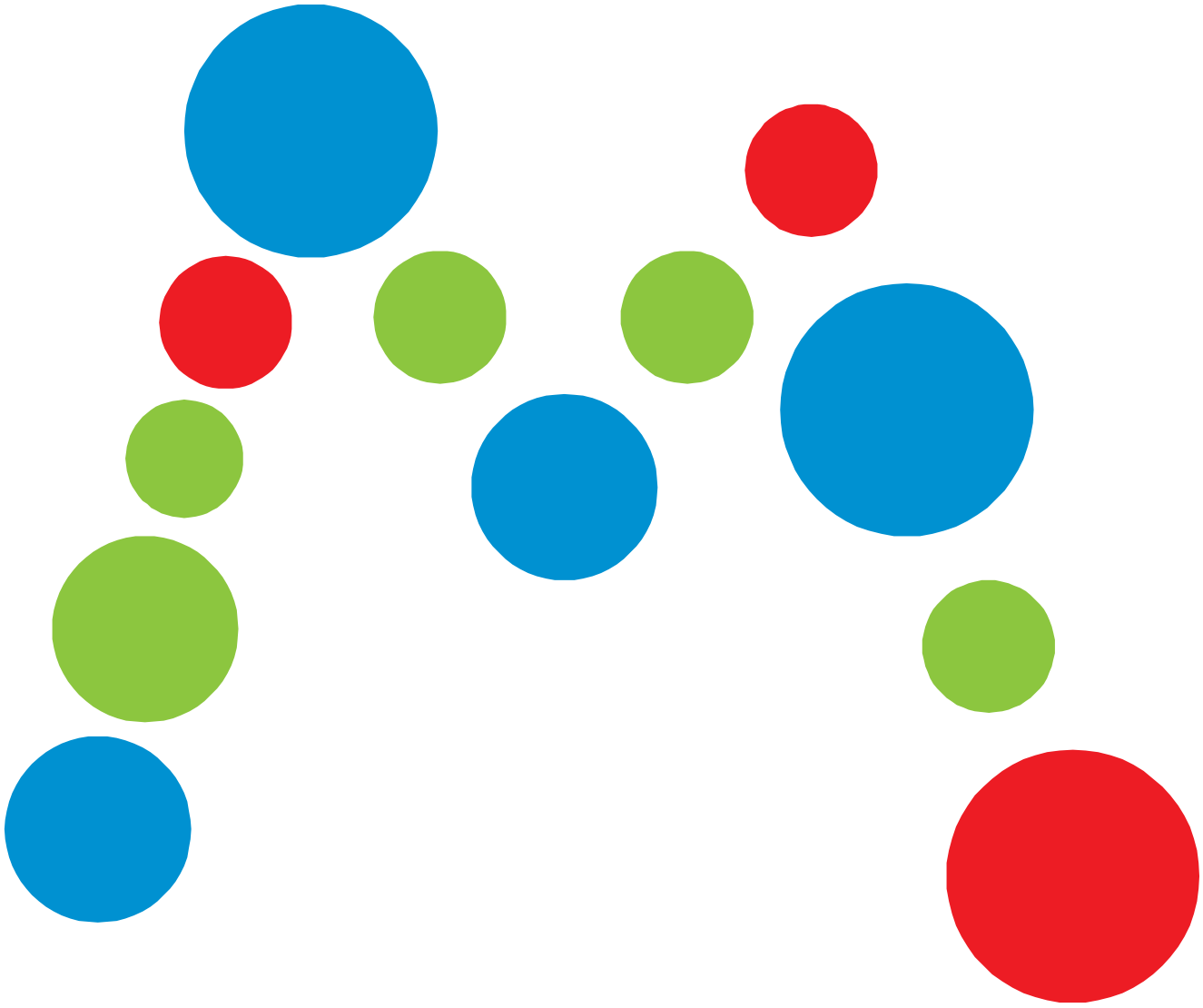
Mercados

informação global



Brasil
Ficha de Mercado

Julho 2017

aicep Portugal Global

Índice

1. Dados Gerais 3

2. Economia 7
- 2.1. Situação Económica e Perspetivas 7
- 2.2. Comércio Internacional 11
- 2.3. Investimento Estrangeiro 14
- 2.4. Turismo 15

3. Relações Económicas com Portugal 17
- 3.1. Comércio de Bens e Serviços 17
  - 3.1.1. Comércio de Bens 18
  - 3.1.2. Serviços 21
- 3.2. Investimento Estrangeiro 22
- 3.3. Turismo 24

4. Condições Legais de Acesso ao Mercado 25
- 4.1. Regime de Importação 25
- 4.2. Regime de Investimento Estrangeiro 32

5. Informações Úteis 34

6. Contactos Úteis 37

7. Endereços de Internet 43

1. Dados Gerais

Mapa:

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Área:	8 515 692,3 km^2 (IBGE - 5º país em extensão territorial)

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

População:	206,1 milhões (2016)
Densidade populacional:	24,6 habitantes/Km^2
Designação oficial:	República Federativa do Brasil
Chefe do Estado e do Governo:	Michel Temer – Presidente desde 31 de agosto de 2016 (anterior Vice-Presidente, desde 1 de Janeiro de 2011) (Dilma Rousseff, ganhou as eleições presidenciais, em outubro de 2014, tomou posse, em janeiro de 2015, para um segundo mandato, mas, a 12 de maio de 2016, o Senado votou o seu *impeachment,* tendo sido suspensa do cargo)
Vice- Presidente:	Rodrigo Maia
Data da atual Constituição:	Outubro de 1988, com alterações posteriores
Principais Partidos Políticos:	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Partido dos Trabalhadores (PT); Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Partido Progressista (PP); Partido da República (PR); Partido Social Democrático (PSD); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Democratas (DEM); Partido Republicano Brasileiro (PRB); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Solidariedade (SD); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido Social Cristão (PSC); Partido Popular Socialista (PPS); Partido Verde (PV); Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); Rede Sustentabilidade (REDE). As próximas eleições presidenciais, estaduais e parlamentares (Senado e Câmara dos Deputados) estão agendadas para outubro de 2018. As eleições municipais deverão realizar-se em outubro de 2020
Capital:	Brasília (2,8 milhões de habitantes)
Outras cidades importantes:	São Paulo (11,9 milhões), Rio de Janeiro (6,4 milhões), Salvador (2,9 milhões), Fortaleza (2,6 milhões), Belo Horizonte (2,5 milhões)
Religião:	A maioria da população professa a religião Católica Romana (65%), embora a Constituição consagre a livre prática de todas as religiões
Língua Oficial:	Português
Unidade monetária:	Real do Brasil (BRL) 1 EUR = 3,8561 BRL (Banco de Portugal – média anual 2016) 1 EUR = 3,6948 BRL (Banco de Portugal – média mensal junho 2017)
Risco País:	Risco Geral - BB (AAA = risco menor; D = risco maior) - EIU[1], julho 2017 Risco Político - BB Risco de Estrutura Económica - BB

[1] The Economic Intelligence Unit.

Risco de crédito:	5 (1 = risco menor; 7 = risco maior) – COSEC, junho de 2017
Política de cobertura de risco:	*Operações de Curto prazo* – Aberta sem condições restritivas *Operações de Médio / Longo prazo* – Clientes soberanos: Aberta sem condições restritivas. Outros clientes públicos e privados: Aberta, caso a caso, com eventual exigência de garantia soberana ou bancária – COSEC – junho 2017

Principais relações internacionais e regionais:

O Brasil é membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (*Inter-American Development Bank – IDB*), do Banco Africano de Desenvolvimento (*African Development Bank - AfDB*, neste caso é membro não regional), do Banco de Compensações Internacionais (*Bank for International Settlements – BIS*) e da Organização das Nações Unidas (*United Nations – UN*) e suas agências especializadas *(Funds, Programmes, Specialized Agencies and Others de entre as quais se destaca o World Bank Group*). Integra, ainda, a Organização Mundial de Comércio (*World Trade Organization – WTO*), desde 1 de janeiro de 1995. Ao nível regional, o Brasil faz parte do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL, que se encontra, ainda, numa etapa do processo de integração definida como União Aduaneira, cujo objetivo final é evoluir à condição de Mercado Comum, compreendendo não só o livre comércio entre os países membros e a aplicação da Tarifa Externa Comum – TEC - face a países terceiros, mas, também, a livre circulação dos fatores de produção: capital e trabalho), da Associação Latino-americana de Integração (*Asociación Latinoamericana de Integración – ALADI*), do Sistema Económico Latino-americano e do Caribe (*Sistema Económico Latino-americano y del Caribe – SELA*), da Organização dos Estados Americanos (*Organización dos Estados Americanos – OEA*), da União de Nações Sul Americanas (*Unión de Naciones Suramericanas – UNASUR*), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e é membro associado da Comunidade Andina (*Comunidad Andina*). De referir, ainda, que o Brasil, sobretudo ao nível supranacional através do MERCOSUL, tem desenvolvido uma rede de relações de parceria, através da negociação de acordos comerciais preferenciais (Acordos dos quais o Brasil é Parte). Os acordos comerciais celebrados pelo Brasil ou a nível regional pelo MERCOSUL ou ALADI (dos quais o Brasil é parte) também podem ser consultados no *Invest & Export* Brasil – Guia de Comércio Exterior e Investimento. Por sua vez, os interessados podem consultar no CAPTA , as preferências tarifárias que o Brasil recebe, ou concede, com base nos diversos acordos comerciais em vigor. Se no resultado da busca aparecer mais de um acordo preferencial com o mesmo país, o interessado deve comparar os vários acordos comerciais para definir a preferência tarifária mais vantajosa para determinado produto. Com efeito, os acordos comerciais brasileiros com um mesmo país podem conceder ou receber preferências tarifárias distintas. Por exemplo, as preferências (reduções pautais) do acordo APTR-04 com a Argentina são inferiores às preferências do ACE 18 – Mercosul (do qual a

Argentina é parte) para o caso do vinho (código SH 2204) e do azeite (código SH 1507). Cumpre, ainda, destacar que o tratamento tarifário preferencial apenas é concedido aos bens originários dos países signatários dos acordos, isto é, aos bens produzidos, nesses países, ou que sofrem um grau de incorporação/ transformação suficiente para que possam ser considerados como originários desses países.

Relacionamento com a União Europeia (UE):

O relacionamento do Brasil com a UE rege-se, fundamentalmente, por dois Acordos: pelo Acordo-Quadro de Cooperação Brasil/UE, em vigor desde 1 de novembro de 1995 e que, em termos de comércio de mercadorias, assume a natureza de acordo não preferencial em que as partes concedem-se mutuamente o tratamento da nação mais favorecida (*MFN – Most Favoured Nation:* conceito de não descriminação onde cada membro da OMC - Organização Mundial do Comércio concede aos produtos de um outro membro um tratamento não menos favorável do que o tratamento que concede aos produtos semelhantes dos demais Estados membros) e, ao nível supranacional, pelo Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação Mercosul/UE, em vigor desde 1 de julho de 1999 e que tem por objetivo, entre outros, a preparação das condições para a criação de um Acordo de Associação Inter-Regional que incluirá a liberalização do comércio e serviços entre as partes. As negociações para a celebração de um Acordo Inter-Regional entre a UE e o MERCOSUL foram relançadas em maio de 2010, tendo as partes trocado propostas sobre comércio de bens e serviços e contratação pública a 11 de maio de 2016. A última ronda de negociações ocorreu em Bruxelas entre 3 e 7 de julho de 2017, estando a próxima ronda agendada para outubro de 2017 (informações atualizadas sobre as negociações em curso podem ser obtidas no *Overview of Ongoing Negotions*). Mais informação sobre o relacionamento bilateral pode ser consultada no Portal *European External Action Service (EEAS) – Brasil and the EU* / *Trade Relations EU-MERCOSUR* / *About Expected Benefits of the EU-Mercosur Agreement May 2016*.

Ambiente de Negócios

Competitividade (Rank no *Global Competitiveness Index 2016/17*)	81ª	Facilidade de Negócios (Rank no *Doing Business 2017*)	123ª
Transparência (Rank no *Corruption Perceptions Index 2016*)	79ª	Ranking Global (*EIU*, entre 82 mercados)	50ª

2. Economia

2.1. Situação Económica e Perspetivas

O Brasil é o maior mercado da América Latina, o 5º país mais populoso do mundo e a 7ª economia mundial[2], possuindo uma população de cerca de 206,1 milhões de habitantes, a maior dos países da região.

Na área do investimento e do comércio internacional, o país tem ocupado posições de destaque nos últimos anos[3]: 8º recetor mundial de investimento direto estrangeiro em 2016; 28º importador de bens (quota de 0,9% do total em 2016) e 25º exportador de bens (1,2% do total mundial em 2016). No setor do turismo, ocupou a posição de 17º emissor mundial, em termos de gastos turísticos realizados no estrangeiro em 2015 (últimos dados disponíveis).

Estima-se que, em 2016, a estrutura da economia brasileira, assente nos setores agrícola, extrativo, industrial e de serviços, em termos de contributo para o produto interno bruto (PIB) tenha sido a seguinte: serviços com 73,3% (ocupando mais de 75% da população ativa[4]), indústria com 20,9% e sector agrícola com 5,8%, mas com forte peso em termos das exportações do país.

É de assinalar que a economia brasileira registou taxas de crescimento, até 2010, muito superiores às verificadas nas décadas anteriores, fruto do progresso alcançado com as reformas económicas e as condições internacionais favoráveis até 2009, aliadas ao desenvolvimento de políticas sociais. A recuperação económica, nos mandatos de Lula da Silva, e prosseguida por Dilma Rousseff, no seu primeiro mandato, garantiram quer a estabilidade macroeconómica, com a correção de desequilíbrios, como a inflação, através de uma política monetária e fiscal restritiva; quer o crescimento económico, este através de um ambicioso programa de investimentos públicos - Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - lançado em 2007[5].

Após um crescimento notável da economia em 2010 (+7,5%), seguiu-se um abrandamento de 2011 a 2013, respetivamente para 3,9% e 3%, resultante da crise da dívida na Europa e da desaceleração da economia mundial, da excessiva dependência do país das exportações de matérias-primas, da elevada

[2] Em termos de PIB em USD, EIU, julho de 2017.

[3] Apesar da instabilidade política e económica que o país atravessa, desde finais de 2015.

[4] Fonte EIU.

[5] Cujo objetivo foi aumentar o potencial de produção, através de investimentos em infraestruturas, melhorar o capital humano e reformar os circuitos de financiamento da economia. A segunda fase deste programa, lançada em março de 2010, contemplava, sobretudo, as infraestruturas, o meio ambiente e a energia. Em 2011, o Programa foi alargado a outras áreas consideradas prioritárias, entre as quais se destacam: a reforma das instituições e implementação de medidas destinadas a favorecer a economia e a igualdade social; o desenvolvimento de uma rede de transportes no conjunto do território (reforço da modernização das infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aéreas e marítimas, principalmente nas grandes cidades); o acesso ao alojamento da população mais pobre; e o repensar o consumo de energia, através do desenvolvimento de fontes alternativas e da exploração dos imensos recursos naturais de que o país dispõe.

inflação[6], do forte endividamento das famílias e do baixo nível de investimento. Em 2014, a taxa de crescimento do PIB estagnou, devido, essencialmente, à forte contração do investimento e da atividade industrial e ao abrandamento do consumo privado.

Em 2015, no segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff, iniciado em janeiro, foi dada prioridade ao reequilíbrio das finanças públicas, de forma a recuperar a credibilidade e atrair os investidores necessários ao aumento da competitividade e do potencial de crescimento da economia brasileira, moderando os efeitos negativos da baixa do *rating* de crédito do Brasil[7]. Nesse ano, a economia brasileira contraiu 3,8% (comparando com uma quebra de 0,1% no conjunto das economias da América Latina e Caraíbas), contribuindo para essa evolução a forte quebra do investimento (-13,9% face ao ano anterior) e do consumo privado e público (-3,9% e -1,1%, respetivamente). As tentativas de ajustamento orçamental e de controle da inflação não resultaram, tendo o défice orçamental agravado (-8,2% do PIB), atingindo a dívida pública cerca de 65,5% do PIB. Em 2016, o PIB voltou a contrair 3,6%, tal como investimento público (-10,2% do PIB), o consumo privado (-4,2%) e público (-0,6%), com o consequente derrapar das finanças públicas: o défice orçamental atingiu -6,4% do PIB e estima-se uma dívida pública de 70% do PIB. A taxa de inflação foi 9% em 2015, e 8,7% em 2016, prevendo-se que desça para 4%, em 2017.

A Operação Lava Jato, a instabilidade social e política em que o país vive desde 2015, com a destituição da Presidente Dilma Rousseff, em agosto de 2016, e a posse de Michel Temer, como novo Presidente, não contribuem para o Brasil sair da situação de turbulência económica e política, desde então.

Michel Temer chefia um governo de perfil liberal e conservador, pelo que os diversos analistas esperam que prossiga políticas mais favoráveis ao ambiente de negócios para recuperar a confiança dos investidores internacionais na economia brasileira, a par de uma política externa mais focada nas negociações comerciais com o Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai), a UE, os EUA e a Ásia (sobretudo China e Índia).

Uma das principais prioridades do governo de Michel Temer tem sido a da reconquista da confiança interna dos agentes económicos e da credibilidade externa do país e, nesse sentido, conseguiu a aprovação de medidas importantes para a estabilização das finanças públicas, de entre as quais se destaca o chamado "teto dos gastos" que impõe limites ao crescimento da despesa pública. No entanto, a divulgação de suspeitas de envolvimento de Temer em esquemas de corrupção e a consequente possibilidade de ser iniciado um processo de *impeachment* ao seu mandato, abalou fortemente a capacidade reformista do governo, perdendo a base de apoio no poder legislativo necessária para a aprovação de novas medidas com vista à liberalização da economia brasileira.

[6] Devido à indexação do salário mínimo ao PIB nominal, ao mercado laboral restritivo, à subida do custo dos serviços e à desvalorização do real.

[7] As agências apontaram como fatores a deterioração das contas públicas, o aumento do endividamento e a incerteza da retoma económica.

Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2014[a]	2015[a]	2016[a]	2017[b]	2018[b]	2019[b]
População	Milhões	202,8	204,5	206,1	207,7	209,2	210,7
PIB a preços de mercado	10^9 BRL	5 779	6 001	6 267	6 634	7 068	7 545
PIB a preços de mercado	10^9 USD	2 455,4	1 801,1	1 795,6	2 038,6	2 054,1	2 112,0
PIB *per capita* (em *ppc*)	USD	16 290	15 700	15 210[c]	15 520	16 070	16 490
Crescimento real do PIB[1]	%	0,5	-3,8	-3,6	0,5	2,0	2,1
Consumo privado[1]	Var. %	2,3	-3,9	-4,2	-0,8	1,7	2,6
Consumo público[1]	Var. %	0,8	-1,1	-0,6	0,0	0,4	-0,1
Formação bruta de capital fixo[1]	Var. %	-4,2	-13,9	-10,2	3,0	4,0	4,5
Taxa de inflação (média)	%	6,3	9,0	8,7	4,0	4,2	4,3
Taxa de desemprego	%	6,5	9,0	12,0	13,4	12,7	11,3
Saldo do setor público (total)	% do PIB	-4,7	-8,2	-6,4	-7,7	-6,1	-5,3
Saldo da balança corrente	10^9 USD	-104,2	-59,4	-23,5	-31,6	-49,7	-59,9
Saldo da balança corrente	% do PIB	-4,2	-3,3	-1,3	-1,5	-2,4	-2,8
Dívida do Governo Central	% do PIB	20,0	20,6	21,6	23,4	25,3	27,2
Dívida do setor público (total)	% do PIB	56,3	65,5	69,9[c]	77,0	81,6	85,6
Dívida externa	% do PIB	22,7	30,2	31,1[c]	28,7	29,6	30,0
Taxa de câmbio - média	1USD=xBRL	2,35	3,33	3,49	3,25	3,44	3,57
Taxa de câmbio - média	1EUR=xBRL	3,13	3,70	3,86	3,49	3,72	3,97

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Notas: (a) Valores atuais; (b) Previsões; (c) Estimativas (1) Preços constantes
BRL – Real do Brasil

A reforma do sistema de pensões (fixação da idade mínima de reforma e prolongamento do número de anos de cotização, numa população que vive mais tempo), dada as dificuldades políticas atuais, poderá ser aplicada de forma mitigada ou adiada para 2019, tal como a própria reforma fiscal (simplificação do sistema tributário). Outros desafios se colocarão ao novo governo[8], em 2019, como a melhoria das instituições, das infraestruturas e a qualidade do ensino, para que, no início da próxima década, o Brasil recupere atratividade e também a confiança dos investidores estrangeiros e regresse a taxas de crescimento sustentadas.

As perspetivas de evolução da economia brasileira para 2017 e para 2018, de acordo com a EIU, são as seguintes:

- Consolidação das finanças públicas, no seguimento do corte na despesa federal, aprovado no final de 2016, prevendo-se que o PIB real volte a crescer, em 2017, 0,5% e 2,0% em 2018.

[8] Com eleições presidenciais, estaduais e parlamentares, em outubro desse ano, o mandato de Michel Temer cessa no final de dezembro de 2018.

- O consumo privado deverá, ainda, contrair 0,8% em 2017, prevendo-se que cresça 1,7% em 2018, enquanto o consumo público continua sob forte controlo, mantendo-se estagnado, este ano, e crescendo 0,4% em 2018. Quanto ao investimento, prevê-se uma recuperação em 2017 e 2018, atingindo um crescimento, respetivamente, de 3% e 4%.

- As importações de bens e serviços, depois de terem contraído 10,3% em 2016, deverão crescer em 2017 e 2018, respetivamente, 6,4% e 5%; do lado das exportações, esperam-se, em 2017-2018, crescimentos de 1,2% e 1,7%, respetivamente. Os excedentes comerciais aliviarão o défice da balança corrente brasileira, ainda que os preços internacionais das suas exportações de *commodities* não alcancem os praticados entre 2004-2011[9]. Como o Brasil tem uma balança comercial deficitária com os EUA e não está ainda muito integrado nas cadeias mundiais de produção, não é muito provável que seja afetado pela política protecionista norte-americana.

- O défice da balança corrente, depois de ter atingido 23,5 mil milhões de USD em 2016 (1,3% do PIB), deverá aumentar para 31,6 mil milhões de USD, em 2017, e 49,7 mil milhões de USD em 2018, representando, respetivamente, 1,5% do PIB e 2,4% do PIB.

- A taxa de desemprego irá continuar a agravar-se, atingindo 13,4%, em 2017 (contra 12% em 2016 e 9% em 2015). Em 2018, prevê-se uma diminuição para 12,7%.

- A inflação deverá descer, no corrente ano, para uma taxa de 4,0%, estimando-se um ligeiro agravamento em 2018 (+4,2%) e 2019 (+4,3%).

- A moeda brasileira deverá desvalorizar face ao USD e ao Euro, sobretudo em 2018 e 2019, esperando-se que, este ano, recupere face a 2016. As taxas de câmbio médias previstas, em 2017, são de 1 USD=3,25 BRL (1 USD=3,49 BRL, em 2016) de 1 EUR=3,49 BRL (1 EUR=3,86 BRL, em 2016).

- O défice do setor público deverá aumentar para 7,7% do PIB, em 2017, diminuindo para 6,1% do PIB em 2018; por sua vez, o peso da dívida do setor público total deverá subir, representando cerca de 77% do PIB em 2017 (um aumento de cerca de 10% face a 2016), e 81,6% do PIB em 2018.

- Quanto à dívida externa[10], prevê-se que, depois de atingir um valor de 558 mil milhões de USD em 2016 (representando 31,1% do PIB), se situe em 585,5 mil milhões de USD (28,7% do PIB) em 2017, e em 608 mil milhões de USD (29,6% do PIB), em 2018. Esta evolução é devida, em parte, à baixa taxa de poupança interna e à redução do investimento direto estrangeiro (líquido), em consequência da aversão ao risco dos investidores estrangeiros.

[9] A previsível desaceleração da economia chinesa afetará negativamente as receitas de exportação do Brasil, a partir de 2018.

[10] Constituída, sobretudo, por dívida privada (das empresas).

2.2. Comércio Internacional

O Brasil é uma economia pouco aberta, mas relevante no contexto do comércio mundial, ocupando, em 2016, a 25ª posição no *ranking* de exportadores de bens, com uma quota de 1,2%; e o 28º lugar no *ranking* dos importadores, com uma quota de 0,9%. Como importador mundial, o país desceu três posições, no último ano face a 2015, e manteve a mesma posição como exportador.

A balança comercial brasileira vem apresentando saldos positivos consecutivos desde 1998, com exceção em 2014, ano em que teve um défice de 4 mil milhões de USD. No último ano, o saldo comercial foi de 42 mil milhões de USD e a taxa de cobertura das importações pelas exportações situou-se em 129%.

Em 2016, as exportações brasileiras de bens foram de 185 mil milhões de USD (-3,2% face ao ano anterior, após terem diminuído 15,1%, em 2014, e estagnado em 2013), enquanto as importações alcançaram 143 mil milhões de USD (-16,6% face ao ano anterior, -25,2% em 2014, e +7,4% em 2013).

Para 2017, a EIU prevê que o saldo da balança comercial continue a ser positivo, apontando para um aumento de 6% tanto das exportações como das importações de bens.

Evolução da balança comercial

(10^9 USD)	2012	2013	2014	2015	2016
Exportação fob	242,6	242,2	225,1	191,1	185,0
Importação fob	223,1	239,6	229,1	171,4	143,0
Saldo	19,5	2,6	-4,0	19,7	42,0
Coeficiente de cobertura (%)	109	101	98	111	129
Posição no "ranking" mundial					
Como exportador	23ª	23ª	25ª	25ª	25ª
Como importador	23ª	21ª	22ª	25ª	28ª

Fonte: Organização Mundial de Comércio (OMC)

Em termos de parceiros comerciais e no que se refere ao *ranking* dos principais clientes do Brasil, a China lidera, de forma destacada, mantendo uma quota de mercado de 19% do total das exportações em 2016 (18,6% em 2015), seguida pelos EUA com uma quota de 12,6% (12,7% em 2015). Seguem-se a Argentina, Países Baixos e Alemanha com as respetivas quotas de 7,2%, 5,6% e 2,6%. A Alemanha, embora subindo a 5º cliente, baixou a sua quota entre 2014-2016.

Estes cinco principais mercados clientes concentraram 47% do total das vendas de bens do Brasil ao exterior, em 2016, contra 46%, em 2015.

Entre os maiores clientes dentro da União Europeia (UE) destacam-se, para além dos Países Baixos (1º da UE) e da Alemanha (2º da UE) já mencionados, a Itália (9º cliente, com 1,8% de quota, em 2016; e 3º da UE), a Bélgica (10º, com 1,7%; 4º da UE), o Reino Unido (13º, com 1,5%; 5º da UE), a Espanha (16º, com 1,4%; 6º da UE), e a França (19º, com 1,3%; 7º da UE).

Portugal foi o 42º cliente do Brasil (8º da UE), absorvendo 0,35% das exportações brasileiras, em 2016 (comparando com 0,47% cinco anos antes).

Principais Clientes

Mercado	2014		2015		2016	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição
China	18,0	1ª	18,6	1ª	19,0	1ª
EUA	12,1	2ª	12,7	2ª	12,6	2ª
Argentina	6,3	3ª	6,7	3ª	7,2	3ª
Países Baixos	5,8	4ª	5,3	4ª	5,6	4ª
Alemanha	2,9	6ª	2,7	5ª	2,6	5ª
Portugal	**0,47**	**41ª**	**0,43**	**40ª**	**0,35**	**42ª**

Fonte: International Trade Centre (ITC)

Relativamente aos principais fornecedores do Brasil, os EUA ocupa a 1ª posição do *ranking* tendo vindo a reforçar a sua quota de mercado nos últimos anos (17,5% do total das importações em 2016, contra 15,4% em 2014), seguida de perto pela China (2º fornecedor, 17% de quota em 2016, contra 16,3% em 2014). São ainda de referir a Alemanha (6,6% de quota, em 2016, e 6,3% em 2014), a Argentina (6,6% em 2016, contra 6,2% em 2014) e a Coreia do Sul, que passou de 6º para 5º fornecedor (4%, em 2016, e 3,7%, em 2014).

Estes cinco fornecedores representaram 51,7% do total das compras de bens do Brasil ao exterior, em 2016. O valor das importações provenientes destes mercados registou uma relativa recuperação face a 2015, ano em que o Brasil importou cerca de 48,8% do total das compras ao exterior.

Principais Fornecedores

Mercado	2014		2015		2016	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição
EUA	15,4	2ª	15,6	2ª	17,5	1ª
China	16,3	1ª	17,9	1ª	17,0	2ª
Alemanha	6,3	4ª	6,1	3ª	6,6	3ª
Argentina	6,2	3ª	6,0	4ª	6,6	4ª
Coreia do Sul	3,7	6ª	3,2	5ª	4,0	5ª
Portugal	**0,48**	**41ª**	**0,47**	**38ª**	**0,47**	**37ª**

Fonte: International Trade Centre (ITC)

Quanto aos maiores fornecedores do Brasil, no espaço da União Europeia (UE), são de referir, para além da Alemanha: a Itália, que foi 6º fornecedor com 2,7% de quota, em 2016 (2º da UE); a França, que foi 7º com 2,7% (3º da UE); a Espanha, que foi 11º com 1,9% (4º da UE); o Reino Unido, que foi 13º com 1,7% (5º da UE); os Países Baixos, que foram 17º com 1,3% (6º da UE); a Bélgica, que foi 21º com 1,1% (7º da UE); a Áustria, que foi 31º com 0,9% (8º da UE) e a Suécia que foi 32º fornecedor com 0,7% de quota (9º da UE).

Portugal foi o 37º fornecedor do Brasil (e 10º da UE), com 0,47% do total das importações brasileiras em 2016, tendo subido 4 posições face a 2014, ano em que ocupou a 41ª posição na respetiva lista de fornecedores, com uma quota de 0,48%.

Relativamente à estrutura das exportações brasileiras, cinco grupos de produtos concentraram perto de 38,4% do total - grãos, sementes e frutos (representaram 10,6% das exportações), minérios (8,5%), carnes (6,8%), máquinas e aparelhos mecânicos (6,3%) e combustíveis (6,2%).

Principais Produtos Transacionados – 2016

Exportações	% Total	Importações	% Total
12 – Grãos, sementes e frutos	10,6	84 – Máquinas e aparelhos mecânicos	15,4
26 – Minérios, escórias e cinzas	8,5	85 – Máquinas elétricas e partes	12,3
02 – Carnes e miudezas comestíveis	6,8	27 – Combustíveis e óleos minerais	11,0
84 – Máquinas e aparelhos mecânicos	6,3	87 – Veículos automóveis e partes	7,2
27 – Combustíveis e óleos minerais	6,2	29 – Produtos químicos orgânicos	6,0

Fonte: International Trade Centre (ITC)

Seguiu-se um segundo grupo de produtos, com quotas entre 6% e 3%, e que em conjunto representaram cerca de 22% das exportações brasileiras: veículos (5,9%), açúcar (5,7%), ferro e aço (4,3%), pastas de madeira e papel e madeira para reciclar (3%) e resíduos, desperdícios da indústria alimentar e alimentação para animais (3%). Saliente-se que, em 2016, houve uma recuperação nas exportações de açúcar e de café, face a 2015.

Quanto aos produtos mais importados pelo Brasil, em 2016, os cinco grupos principais - máquinas e aparelhos mecânicos, máquinas elétricas e partes, combustíveis, veículos automóveis e partes e os produtos químicos orgânicos - concentraram perto de 52% do total. Os valores das importações, deste grupo de produtos, registaram quebras acentuadas face a 2015, nomeadamente, no caso dos combustíveis e dos veículos (respetivamente -39% e -26,6%), das máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos e das máquinas elétricas e partes (-17% e -15% respetivamente), tendo os produtos químicos orgânicos diminuído apenas 1%.

2.3. Investimento Estrangeiro

O investimento direto estrangeiro (IDE) tem desempenhado um papel determinante no desenvolvimento económico recente do Brasil, país que se converteu num importante destino do IDE a nível mundial, nos últimos anos. Até 2012, a maior atratividade do país, na captação de capitais, decorreu, em grande medida, da situação criada no âmbito do Plano Real, do Programa Nacional de Privatizações e da implementação de diversas reformas económicas. Muitas empresas estrangeiras também utilizaram o Brasil como base para o desenvolvimento das suas operações, na região da América Latina.

Segundo a UNCTAD, os fluxos de IDE, captados pelo Brasil, têm vindo a desacelerar desde 2012, tendo atingido cerca de 58,7 mil milhões de USD em 2016, posicionando-se o país como 8º recetor de IDE a nível mundial, com uma quota de 3,4% do total. No período 2012-2016, o IDE diminuiu 23%, passando de 76,1 mil milhões de USD para 58,7 mil milhões de USD.

Investimento Direto Estrangeiro

(10^6 USD)	2012	2013	2014	2015	2016
Investimento estrangeiro no Brasil	76 098	53 060	73 086	64 267	58 680
Investimento do Brasil no estrangeiro	-5 301	-1 180	2 230	3 092	-12 434
Posição no "ranking" mundial					
Como recetor	4ª	9ª	5ª	8ª	8ª
Como emissor	167ª	165ª	43ª	44ª	160ª

Fonte: UNCTAD – World Investment Report 2017

No âmbito da região da América Latina e Caraíbas, o Brasil foi o principal destino dos fluxos mundiais de IDE com 41,5% do total da região, em 2016, seguido do México (19%), da Colômbia (10%) e do Chile (8%). Considerando apenas a América do Sul, o Brasil representou 58,4% do total dos fluxos de IDE, seguido da Colômbia (14%), do Chile (11%), do Peru (7%) e da Argentina (6%).

Importa destacar que, até ao final de 2016, *o stock* total de IDE atingiu cerca de 625,9 mil milhões de USD (o equivalente a 35% do PIB).

Em termos globais, em 2016, o investimento estrangeiro realizado, na região da América Latina e Caraíbas[11], diminuiu cerca de 14% face a 2015, atingindo 142 mil milhões de USD. Brasil (8º) e México (13º) foram os únicos países da região a figurar na lista Top 20 de países recetores de IDE.

A situação de instabilidade política e a crise económica que o Brasil atravessa, vieram aumentar o risco para os investidores estrangeiros, num mercado onde são apontadas, entre outras dificuldades, o facto de o país possuir um sistema tributário complexo, uma legislação laboral rígida e uma burocracia

[11] Excluindo centros financeiros *offshore* nas Caraíbas (UNCTAD WIR, 2017).

pesada. Assim, tem-se vindo a assistir a um decréscimo do IDE *"greenfield"* no país, desde 2011, ano em que atingiu o seu valor máximo, com o arranque de cerca de 500 projetos, envolvendo um montante da ordem dos 50 mil milhões de USD[12]. Todavia, setores como o das telecomunicações, das energias renováveis, do petróleo (pré-sal) e gás e das infraestruturas (aeroportos e rodovias) continuam a atrair o interesse dos investidores externos.

Em 2015 (último ano disponível)[13], os principais países investidores (em termos de fluxos) foram os Países Baixos (20% do total), os EUA (12%), o Luxemburgo e a Espanha (com 11% cada), a Alemanha (6%), o Japão e a França (5%, cada), a Noruega (4%), a Itália e o Reino Unido (3%, cada).

Quanto aos setores de atividade económica mais relevantes para o capital estrangeiro destacam-se, por ordem decrescente, e para esse ano, o retalho (9% do total dos fluxos em 2015), petróleo e gás (8%), telecomunicações (8%), automóvel (8%), energia elétrica (7%), químicos, alimentar, tabaco e sector imobiliário (com 4%, cada).

Quanto ao investimento direto do Brasil no estrangeiro (IDBE), em 2016, este registou um valor negativo de 12,4 mil milhões de USD (em termos líquidos), colocando o país na 160ª posição como emissor de investimento estrangeiro. No período 2012-2016, o IDBE só teve valores positivos em 2014 (2,2 mil milhões de USD) e em 2015 (3,1 mil milhões de USD), posicionando-o, respetivamente, em 43º e 44º lugar como emissor global de investimento estrangeiro.

Em 2016, *o stock* total de investimento do Brasil no estrangeiro atingiu cerca de 172,4 mil milhões de USD (o equivalente a 9,6% do PIB).

A presença de grandes empresas brasileiras na região da América do Sul é significativa em diversos setores, com destaque na construção (desenvolvem importantes projetos de infraestruturas de transporte e energia, graças, entres outros, ao apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social - BNDES), banca, químico, petroquímico, extrativo, mecânico e alimentar.

2.4. Turismo

O setor atravessa uma fase de franco desenvolvimento estrutural, permitindo elevadas expectativas de crescimento. A este propósito evidencia-se o facto do Brasil, além de ter organizado o Campeonato Mundial de Futebol de 2014, ter acolhido os Jogos Olímpicos de 2016, estimando-se que o país tenha recebido, nesse ano, cerca de 6,6 milhões de turistas, mais 4,8% que em 2015[14].

[12] *The 2016 A.T. Kearney Foreign Direct Investment Confidence Index*.

[13] *Deloitte Doing Business Guide*

[14] O Brasil foi o 45º maior recetor de turistas a nível mundial (1º a nível da América do Sul), em 2015, último ano disponível, com uma quota de 0,6%.

O *ranking* "*Travel & Tourism Competitiveness Index 2017"*, publicado pelo *World Economic Forum,* posiciona o Brasil como a 27ª economia mundial mais competitiva ao nível do setor do turismo, num conjunto de 141 países, sendo o mais bem colocado dos países da América do Sul e o 4º do Continente americano (depois dos EUA, Canadá e México).

Em 2015, registaram-se 6,3 milhões de entradas de turistas, a que correspondeu um decréscimo de 2% face ao ano anterior.

Indicadores do Turismo

	2011	2012	2013	2014	2015
Turistas[a] (10^3)	5 433	5 677	5 813	6 430	6 306
Receitas[b] (10^9 USD)	6,1	6,4	6,5	6,8	5,8

Fonte: World Tourism Organization (UNWTO) – novembro 2016

Notas: (a) Inclui apenas dormidas na hotelaria global; (b) Não inclui as receitas de transporte;

Em termos de receitas, o país ocupou o 40º lugar no *ranking* dos mercados geradores de receitas turísticas em 2014 (e o 1º entre os países da América do Sul), ao arrecadar 6,8 mil milhões de USD (+5,7% face ao ano anterior, após +1,5% em 2013). Em 2015, houve um decréscimo de 15% face a 2014.

Entre os principais mercados emissores, em 2015, destacam-se a Argentina (33% do total de turistas recebidos), os EUA (9%), o Chile /4,9%), o Paraguai (4,8%), o Uruguai (4,2%), a França (4,1%), a Alemanha (3,7%) e a Itália (3,2%).

Quanto aos gastos dos turistas brasileiros que visitam o estrangeiro, verificou-se um crescimento no período 2011-2014, atingindo 25,6 mil milhões de USD em 2014, contra 20,8 mil milhões de USD em 2011. Em 2015, houve uma acentuada quebra de 32% (17,3 mil milhões de USD foi o valor gasto pelos turistas brasileiros), tal como se prevê, para 2016, ano em que os gastos dos brasileiros no exterior devem atingir 16,7 mil milhões de USD (-3,5% face a 2015), evolução que se ficou a dever ao arrefecimento da economia brasileira, bem como à valorização do USD face ao Real[15].

As saídas de turistas brasileiros para o estrangeiro aumentaram, significativamente, nos últimos anos, tendo atingido 9,6 milhões em 2014 (+5% face ao ano anterior). Todavia em 2015 e 2016, houve uma diminuição, registando-se, respetivamente, 9,5 milhões (-1% face a 2014) e 8,7 milhões (-8,4% face a 2015)[16]. As principais regiões de destino dos turistas brasileiros são a América do Sul e América do Norte, a Europa Ocidental e Europa do Sul/Mediterrânica e o Norte da Europa (5%). Entre os principais

[15] Em termos de gastos turísticos, o Brasil posicionou-se, em 2014, como o 10º mercado mundial, com uma quota de 2% (1º entre os países da América Latina, seguido pelo México e Argentina, que ocuparam as 30ª e 37ª posições mundiais em 2014, respetivamente).
[16] Valor provisório, *Euromonitor*-março de 2017.

países de destino dos turistas brasileiros na Europa destacam-se: França, Espanha, Itália, Alemanha, Reino Unido e Portugal.

3. Relações Económicas com Portugal

3.1. Comércio de Bens e Serviços

As relações comerciais com o Brasil revestem-se de grande importância para Portugal, quer pelos laços históricos, quer pelo atual posicionamento mundial deste mercado.

No contexto do comércio internacional português de bens e serviços, o Brasil representou, em 2016, 2,0% das exportações portuguesas e 1,4% das importações. No primeiro quadrimestre do ano em curso, registou-se um aumento do peso do Brasil tanto nas exportações portuguesas (2,3%), como nas importações (2,1%), com um reforço das respetivas quotas.

Quota do Brasil no Comércio Internacional Português de Bens e Serviços

	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	2017 jan/abr
Brasil como cliente de Portugal	% Export.	2,7	2,7	2,6	2,0	2,0	2,3
Brasil como fornecedor de Portugal	% Import.	2,8	1,9	1,8	1,8	1,4	2,1

Fonte: Banco de Portugal

A balança comercial de bens e serviços entre Portugal e o Brasil foi favorável ao nosso país, no período em análise de 2012-2016, exceto em 2012. Em 2016, o excedente da balança comercial de bens e serviços atingiu 525,2 milhões de euros, o que se traduziu num coeficiente de cobertura das importações pelas exportações de 151,8%, o mais elevado do período. Nos primeiros quatro meses deste ano, a balança continua a apresentar um excedente de 59,4 milhões de euros, ainda que menor que o do período homólogo de 2016.

Balança Comercial de Bens e Serviços de Portugal com o Brasil

(10^6 EUR)	2012	2013	2014	2015	2016	Var % 16/12[a]	2016 jan/abr	2017 jan/abr	Var % 17/16[b]
Exportações	1 713,2	1 834,6	1 812,4	1 511,6	1 540,1	-2,2	395,3	605,3	53,1
Importações	1 789,3	1 231,2	1 268,8	1 247,9	1 014,9	-12,1	328,5	545,9	66,2
Saldo	-76,1	603,4	543,7	263,7	525,2	--	66,8	59,4	--
Coef. Cobertura %	95,7	149,0	142,9	121,1	151,8	--	120,3	110,9	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2012-2016
b) Taxa de variação homóloga 2016-2017
Devido a diferenças metodológicas de apuramento, o valor referente a "Bens e Serviços" não corresponde à soma ["Bens" (INE) + "Serviços" (Banco de Portugal)]. Componente de Bens com base em dados INE, ajustados para valores f.o.b

De salientar que o crescimento médio anual das exportações e das importações de bens e serviços, no período 2012-2016 foi negativo (-0,2% e -12,1%, respetivamente). Nos primeiros quatro meses do corrente ano, as exportações registaram uma subida significativa de 53,1% face ao período homólogo de 2016, enquanto as importações aumentaram 66,2%.

É de sublinhar, segundo dados do Banco de Portugal, que existe um maior domínio das exportações de serviços face às exportações de bens, tendo as primeiras representado cerca de 65% do total, em 2016.

3.1.1. Comércio de Bens

O Brasil é um importante parceiro comercial de Portugal, quer enquanto destino das nossas exportações de bens, quer no que se refere à origem das importações, ocupando a 13ª posição no *ranking* de clientes e a 10ª no de fornecedores, em 2016, com quotas de 1,1% e 1,7%, respetivamente. É de realçar que, fora do espaço europeu, o Brasil se encontra no quinto lugar na tabela de clientes, em 2016 (depois de EUA, de Angola, de Marrocos e da China); como fornecedor extra-UE, o Brasil ocupa o terceiro lugar (depois da China e Rússia).

Posição e Quota do Brasil no Comércio Internacional Português de Bens

		2012	2013	2014	2015	2016	2017 jan/abr
Brasil como cliente de Portugal	Posição	11ª	10ª	11ª	12ª	13ª	12ª
	% Export.	1,5	1,6	1,3	1,1	1,1	1,2
Brasil como fornecedor de Portugal	Posição	10ª	12ª	11ª	11ª	10ª	10ª
	% Import.	2,4	1,5	1,5	1,4	1,7	1, 7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

No contexto do comércio externo brasileiro, em 2016, Portugal ocupou o 37º lugar enquanto fornecedor e o 42º cliente, representando apenas 0,47% do total importado e 0,35% do exportado por este país.

As transações comerciais entre os dois países são, tradicionalmente, desfavoráveis a Portugal, com as exportações portuguesas a apresentarem, no período 2012-2016, um crescimento médio anual negativo de 5,3%, tendo as importações registado, também, uma diminuição média anual de 3,3%.

Em 2016, as exportações portuguesas de bens para o mercado brasileiro atingiram 538,8 milhões de Euros, traduzindo-se num decréscimo de 5,3% relativamente a 2015. Por sua vez, as importações alcançaram 1 054,4 milhões de Euros, o que representou um aumento de 22,6%. O défice da balança comercial agravou-se 77,1%, atingindo 515,7 milhões de Euros, a que correspondeu um coeficiente de cobertura das importações de 51,1% no último ano (comparando com 88,8% em 2013, o mais elevado dos últimos cinco anos).

No período janeiro-abril de 2017, as nossas vendas de bens para o mercado brasileiro cresceram 40,1% face ao período homólogo do ano anterior, tendo as importações registado, igualmente, um aumento, mas de apenas 2,4%.

Balança Comercial de Bens de Portugal com o Brasil

(10^6 EUR)	2012	2013	2014	2015	2016	Var % 16/12[a]	2016 jan/abr	2017 jan/abr	Var % 17/16[b]
Exportações	680,8	738,9	638,6	568,8	538,8	-5,3	151,8	212,7	40,1
Importações	1 368,8	831,9	864,8	860,0	1 054,4	-3,3	375,5	384,5	2,4
Saldo	-687,9	-92,9	-226,3	-291,2	-515,7	--	-223,6	-171,8	--
Coef. Cobertura %	49,7	88,8	73,8	66,1	51,1	--	40,4	55,3	--

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2012-2016; (b) Taxa de variação homóloga 2016-2017 (2012 a 2015: resultados definitivos; 2016 e 2017: resultados preliminares)

Da estrutura das exportações portuguesas para o Brasil, em 2016, por grupos de produtos, destacam-se os produtos agrícolas (45,6% do total), seguidos dos veículos e outro material de transporte (21,2%) e das máquinas e aparelhos (9,1%) que, no seu conjunto, representaram 75,9% das nossas vendas para este mercado (55,4% em 2012). Relativamente aos restantes grupos, destacam-se ainda as exportações de produtos alimentares (7% do total), metais comuns (3,7%) e combustíveis minerais (2,5%).

Em termos de evolução, constata-se que dos seis principais grupos de produtos exportados para o Brasil, apenas os veículos e outro material de transporte e os combustíveis minerais registaram uma variação positiva face ao ano anterior (26,3% e 384,6%, respetivamente). Os restantes grupos sofreram quebras das vendas para o mercado brasileiro (entre -2,1% e -36,8%).

Numa análise mais detalhada (a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada - NC), os produtos mais representativos foram o azeite de oliveira (26,1% do total exportado em 2016), partes dos veículos e aparelhos das posições 8801 ou 8802 (19,6%), maçãs, peras e marmelos frescos (7,4%), vinhos (5,4%), peixes congelados, exceto filetes (5,1%) e peixes secos, salgados ou em salmoura (3,0%).

Segundo o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, cerca de 52,2% dos produtos industriais transformados exportados de Portugal para o Brasil, em 2015, (que representaram 89,3% do total das nossas vendas ao mercado, segundo os últimos dados disponíveis), continham um grau de intensidade tecnológica baixa, 19,8% alta, 15,7% média-alta e 12,3% média-baixa.

De acordo com os dados publicados pelo INE, verificou-se um aumento do número de empresas portuguesas que exportaram para o Brasil de 2012 (1 648) para 2013 (1 742), invertendo-se a tendência em seguida, com a diminuição contínua entre 2013 e 2016, tendo-se cifrado em 1 453 empresas exportadoras, em 2016.

Exportações de Portugal para o Brasil por Grupos de Produtos

(10^6 EUR)	2012	% Tot 12	2015	% Tot 15	2016	% Tot 16	Var % 16/15
Agrícolas	248,0	36,4	251,1	44,1	245,7	45,6	-2,1
Veículos e outro mat. transporte	14,2	2,1	90,4	15,9	114,2	21,2	26,3
Máquinas e aparelhos	115,3	16,9	72,5	12,7	49,2	9,1	-32,1
Alimentares	40,2	5,9	39,0	6,9	37,8	7,0	-3,2
Metais comuns	86,3	12,7	31,7	5,6	20,1	3,7	-36,8
Combustíveis minerais	40,5	6,0	2,7	0,5	13,3	2,5	384,6
Minerais e minérios	48,8	7,2	32,7	5,8	12,2	2,3	-62,8
Matérias têxteis	13,5	2,0	9,7	1,7	10,9	2,0	12,8
Plásticos e borracha	20,0	2,9	11,2	2,0	10,3	1,9	-7,9
Químicos	18,8	2,8	6,1	1,1	6,9	1,3	11,6
Pastas celulósicas e papel	9,3	1,4	5,0	0,9	6,3	1,2	26,1
Madeira e cortiça	8,3	1,2	4,6	0,8	4,3	0,8	-6,2
Vestuário	5,8	0,8	2,1	0,4	2,0	0,4	-7,4
Instrumentos de ótica e precisão	4,7	0,7	3,9	0,7	1,8	0,3	-55,4
Peles e couros	0,5	0,1	0,9	0,2	0,3	0,1	-62,4
Calçado	0,2	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0	-16,5
Outros produtos (a)	6,3	0,9	4,9	0,9	3,5	0,7	-27,6
TOTAL	**680,8**	**100,0**	**568,8**	**100,0**	**538,8**	**100,0**	**-5,3**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Nota: (a) Tabaco, chapéus, guarda-chuvas, pedras e metais preciosos, armas, mobiliário, brinquedos, obras de arte, obras diversas.

Em relação à estrutura das importações portuguesas provenientes do Brasil, em 2016, destacam-se os grupos de produtos: veículos e outro material de transporte (45,6% do total), agrícolas (19%) e metais comuns (9,1%), que em conjunto representaram cerca de 73,7% do total importado. Dos restantes produtos importados deste país, salienta-se ainda o grupo dos combustíveis minerais (8% do total), das máquinas e aparelhos (3,6%) e dos plásticos e borracha (3%).

De notar o forte aumento registado nas importações de veículos e outro material de transporte (768,1%) face a 2015. Os restantes produtos do grupo registaram uma diminuição, que variou entre 59,5% (dos combustíveis minerais) e 1,3% (dos metais comuns).

Numa análise mais detalhada (a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada - NC), verifica-se que os produtos com maior representatividade na estrutura de importações foram: os outros veículos aéreos, veículos espaciais e seus veículos de lançamento (43,8% do total em 2016), os óleos brutos de petróleo (8%), a soja (7,7%), os produtos laminados planos de ferro e aço (7,3%), o milho (3,5%) e os polímeros de etileno (2,2%).

Segundo o GEE, 30% dos produtos industriais transformados importados do Brasil (que representam apenas 39,1% do total em 2015, último ano disponível), continham um grau de intensidade tecnológica média-baixa, 26,5% baixa, 24,9% média-alta e 18,7% alta.

Importações de Portugal Provenientes do Brasil por Grupos de Produtos

(10^6 EUR)	2012	% Tot 12	2015	% Tot 15	2016	% Tot 16	Var % 16/15
Veículos e outro mat. transporte	11,0	0,8	55,4	6,4	481,0	45,6	768,1
Agrícolas	259,4	18,9	286,1	33,3	200,0	19,0	-30,1
Metais comuns	18,6	1,4	97,4	11,3	96,1	9,1	-1,3
Combustíveis minerais	754,3	55,1	209,6	24,4	84,8	8,0	-59,5
Máquinas e aparelhos	34,3	2,5	39,5	4,6	37,5	3,6	-5,0
Plásticos e borracha	38,5	2,8	37,3	4,3	31,8	3,0	-14,7
Madeira e cortiça	11,2	0,8	29,3	3,4	27,4	2,6	-6,3
Alimentares	131,2	9,6	12,7	1,5	21,6	2,0	70,0
Químicos	28,4	2,1	11,5	1,3	16,0	1,5	38,9
Matérias têxteis	10,4	0,8	14,5	1,7	11,6	1,1	-19,5
Peles e couros	11,5	0,8	15,9	1,8	11,5	1,1	-27,4
Pastas celulósicas e papel	8,1	0,6	7,9	0,9	10,2	1,0	28,5
Calçado	7,6	0,6	6,7	0,8	7,2	0,7	8,8
Vestuário	3,6	0,3	3,1	0,4	3,4	0,3	8,9
Instrumentos de ótica e precisão	7,1	0,5	4,4	0,5	3,0	0,3	-31,8
Minerais e minérios	1,9	0,1	2,1	0,2	1,6	0,2	-21,1
Outros produtos (a)	31,7	2,3	26,7	3,1	9,6	0,9	-64,0
TOTAL	**1.368,8**	**100,0**	**860,0**	**100,0**	**1.054,4**	**100,0**	**22,6**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Nota: (a) Tabaco, chapéus, guarda-chuvas, pedras e metais preciosos, armas, mobiliário, brinquedos, obras de arte, obras diversas.

3.1.2. Serviços

No âmbito dos serviços, e segundo dados do Banco de Portugal, constata-se que, em 2016, o Brasil foi responsável por 3,8% das vendas de Portugal ao exterior e por 3% das aquisições. No primeiro quadrimestre de 2017, o Brasil representou 4,9% do total das exportações portuguesas de serviços e 4% das importações.

Nos últimos dez anos, a balança comercial de serviços foi favorável a Portugal, atingindo um *superavit* de 614,8 milhões de Euros, em 2016, e uma taxa de cobertura das importações pelas exportações de 257,8%. As exportações alcançaram 1 004,4 milhões de Euros, em 2016, (o que representou um acréscimo de 3,7% relativamente a 2015), enquanto as importações alcançaram 389,6 milhões de Euros (-5,5%).

Quota do Brasil no Comércio Internacional Português de Serviços

	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	2017 jan/abr
Brasil como cliente de Portugal	% Export.	5,5	5,1	4,7	3,8	3,8	4,9
Brasil como fornecedor de Portugal	% Import.	4,5	3,6	3,4	3,2	3,0	4,0

Fonte: Banco de Portugal

De janeiro a abril de 2017, verifica-se que tanto as nossas vendas de serviços, ao Brasil, como as compras registaram um aumento face ao período homólogo do ano anterior (62,9% e 46,6%, respetivamente). O excedente da balança comercial de serviços registou o valor de 211,1 milhões de Euros, o que representou um crescimento de 80,6%, face ao período homólogo de 2016.

Balança Comercial de Serviços de Portugal com o Brasil

(10^6 Euros)	2012	2013	2014	2015	2016	Var % 16/12[a]	2016 jan/abr	2017 jan/abr	Var % 17/16[b]
Exportações	1 099,9	1 121,1	1 109,8	968,6	1 004,4	-2,0	242,8	395,6	62,9
Importações	476,6	395,3	407,7	412,1	389,6	-4,6	125,9	184,6	46,6
Saldo	623,3	725,8	702,1	556,5	614,8	--	116,9	211,1	--
Coef. Cobertura (%)	230,8	283,6	272,2	235,0	257,8	--	192,9	214,4	--

Fonte: Banco de Portugal
Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2012-2016; (b) Taxa de variação homóloga 2016-2017

Em 2016, os transportes (47,3% do total exportado) e as viagens e turismo (39,8%) foram os serviços que mais se destacaram nas nossas exportações para o Brasil, tendo as vendas de transportes registado uma evolução negativa, nesse ano, de 2,8%, enquanto as de viagens e turismo cresceram 6,4% face a 2015. Em relação às importações, sublinha-se, igualmente, a importância dos transportes (35,8% do total em 2016) e das viagens e turismo (30,5%), registando-se uma contração nas nossas compras "transportes" de 24,9%, face ao ano anterior, e um crescimento de 2,7% nas de viagens e turismo.

3.2. Investimento Estrangeiro

Segundo dados do Banco de Portugal, o fluxo líquido de investimento direto do Brasil em Portugal - IDE (de acordo com o Princípio Direcional) atingiu um montante de 250,3 milhões de Euros em 2016. No primeiro trimestre de 2017, o fluxo líquido de investimento direto do Brasil no nosso país foi de 89,5 milhões de Euros (-39,4% face ao período homólogo do ano anterior). Entre 2012 e 2016, o IDE cresceu à taxa média anual de 265,5%, variando entre um valor negativo (desinvestimento) de 620,9 milhões de

Euros (2012) e 250,3 milhões de Euros (2016), tendo registado, em 2014, 1 308,7 milhões de Euros, o valor mais elevado do período[17].

No que respeita ao fluxo de investimento direto de Portugal no Brasil - IDPE (Princípio Direcional), este atingiu 371,4 milhões de Euros em 2016 (valores líquidos) e, no 1º trimestre de 2017, 19,7 milhões de Euros (o que traduziu numa diminuição 72,4% face ao período homólogo de 2016). Entre 2012 e 2016, o IDPE cresceu a uma taxa média anual de 155,9%, variando entre um valor negativo (desinvestimento) de 598,4 milhões de Euros (2012) e 371,4 milhões de Euros (2016), tendo registado, em 2014, 2 159,5 milhões de Euros, o valor mais elevado do período.

Fluxos de Investimento Direto entre Portugal e o Brasil - Princípio Direcional

(10^6 Euros)	2012	2013	2014	2015	2016	Var % 16/12[a]	2016 jan/mar	2017 jan/mar	Var % 17/16[b]
IDPE	-598,4	-583,1	2 159,5	-230,4	371,4	155,9	71,4	19,7	-72,4
IDE	-620,9	121,2	1 308,7	-864,3	250,3	265,5	147,6	89,5	-39,4
Saldo	22,5	-704,3	850,8	633,9	121,1	--	-76,2	-69,7	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2012-2016; (b) Taxa de variação homóloga 2016-2017
Princípio Direcional: reflete a direção ou influência do investimento, isto é, o Investimento Direto de Portugal no Exterior (IDPE) e o Investimento Direto do Exterior em Portugal (IDE)

Em termos de posição de investimento direto estrangeiro, o *stock* de investimento do Brasil no nosso país (Princípio Direcional) registou, no final de dezembro de 2016, cerca de 2,8 mil milhões de Euros. Destaca-se que o Brasil ocupou a 6ª posição enquanto emissor de investimento direto do exterior em Portugal, no último ano, com uma quota de 2,5% do *stock* total.

Posição (stock) de Investimento Direto entre Portugal e o Brasil – Princípio Direcional

(10^6 Euros)	2012 dez	2013 dez	2014 dez	2015 dez	2016 dez	Var % 16/12[a]	2016 mar	2017 mar	Var % 16/15[b]
IDPE	3 761,6	2 865,4	3 317,1	2 366,7	2 738,5	-5,3	2 261,8	2 848,4	25,9
% Tot Portugal	*8,7*	*6,5*	*7,4*	*4,5*	*5,2*	--	*4,3*	*5,3*	--
IDE	1 947,8	1 636,1	3 262,2	2 581,3	2 834,3	18,1	2 715,5	2 937,1	8,2
% Tot Portugal	*2,2*	*1,8*	*3,3*	*2,4*	*2,5*	--	*2,5*	*2,5*	--
Saldo	1 813,8	1 229,3	54,9	-214,7	-95,8	--	453,7	-88,7	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais em dez 2012 – dez 2016; (b) Taxa de variação homóloga 2016 mar – 2017 mar.
Princípio Direcional: reflete a direção ou influência do investimento, isto é, o Investimento Direto de Portugal no Exterior (IDPE) e o Investimento Direto do Exterior em Portugal (IDE).

Em sentido contrário, o *stock* de ID de Portugal no Brasil (Princípio Direcional) totalizou cerca de 2,7 mil milhões de Euros, em dezembro de 2016. O Brasil ocupou a 4ª posição como destino do ID de Portugal

[17] A que não foram alheios os vistos *gold*.

no exterior, com uma quota de 5,2% do total no último ano (tendo representado 8,7% do total do IDPE em 2012).

De um modo geral, o Brasil é um destino que desperta grande interesse nas empresas portuguesas, presentes em diferentes áreas de negócio, nomeadamente turismo, construção e obras públicas, energia, ambiente, agroalimentar e bebidas, equipamentos e produtos industriais, componentes para a indústria automóvel, tecnologias de informação e comunicação, serviços e distribuição. Para além dos investimentos no sector turístico (ex. Grupo Pestana, Vila Galé, Hotéis Tivoli, Dorisol Hotels&Resorts), destacam-se, entre outros, os das empresas EDP, Galp, Petrogal, Partex, Efacec, Frezite, Logoplaste, Arsopi, Vendap, Indasa, Monte Meão, Simoldes, Sodecia, Critical Software, Altitude Software, Timwe, Consulgal, Brisa, Martifer, Mota Engil, Teixeira Duarte, Somague, Prebuild, Cimpor, Secil, Vicaima, Sonae Sierra, Coba, Leya, Novadelta, Gallo, Sovena, Esporão, Symington Family Estates, Vista Alegre e Laboratórios Azevedo.

Também, nos últimos anos, as empresas brasileiras olham, cada vez mais, para Portugal, não apenas como uma porta de entrada para o mercado europeu, mas também como plataforma logística e de negócios para atingirem outros continentes. As principais empresas brasileiras com presença em Portugal: Embraer, Petrobrás, Azul/TAP, Votorantim/Cimpor, Odebrecht, Andrade Gutierrez Europa, África, Ásia (AG EAA), Construtora Grão Pará, Invesplano, Imobrás, Consultan, Banco do Brasil, Itaú, CPB, MTS, Rede Record, TV Globo, TOTVS, WEG, Boticário).

3.3. Turismo

O Brasil é um mercado importante para o turismo em Portugal, tendo representado 3,2% do total das receitas do setor, em 2016, com 399,8 milhões de Euros (+6,4% face a 2015). No mesmo ano, foram, também, contabilizadas quase cerca de 1,5 milhões de dormidas (+13,6% face a 2015), o que significou que 3,9% do total das dormidas, em Portugal, tiveram origem no mercado brasileiro. O país ocupou, assim, a 6ª posição na nossa procura externa.

Turismo do Brasil em Portugal

	2012	2013	2014	2015	2016	Var % 16/12[a]	2016 jan/abr	2017 jan/abr	Var % 17/16[b]
Receitas[c] (10^6 €)	399,8	404,4	376,5	375,8	399,8	0,1	104,0	167,5	61,1
% do total[d]	4,6	4,4	3,6	3,3	3,2	--	3,6	4,8	--
Dormidas[c] (10^3)	1 139,4	1 209,5	1 361,5	1 305,8	1 483,8	7,1	343,1	550,7	60,5
% do total[d]	4,2	4,1	4,2	3,8	3,9	--	3,9	5,5	--

Fontes: Instituto Nacional de Estatística (INE); Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2012-2016
(b) Taxa de variação homóloga 2016-2017
(c) Inclui apenas a hotelaria global
(d) Refere-se ao total de estrangeiros

Nos últimos cinco anos, as dormidas provenientes do turismo brasileiro cresceram, em média, 7,1% ao ano, enquanto, por outro lado, as receitas aumentaram, em média, 0,1% ao ano. De sublinhar que, no 1º quadrimestre do ano em curso, constata-se, em termos homólogos, aumentos muito relevantes tanto ao nível das dormidas (60,5%), como das receitas (61,1%).

Em termos de representatividade das diversas regiões na captação de fluxos, os turistas brasileiros escolheram, em 2016, preferencialmente: Área Metropolitana de Lisboa (com 57,5% do total), o Norte (23,2%), o Centro (9,8%), o Algarve (4,4%), o Alentejo (3,2%), a Madeira (1,5%) e os Açores (0,4%).

De referir que os hotéis concentraram 89,5% das dormidas de turistas brasileiros, em 2016, sobretudo hotéis de 4 e 3 estrelas, com, respetivamente, 43,9% e 23,8% do total.

Portugal representou o sexto mercado europeu de destino dos turistas brasileiros, depois da França, Espanha, Itália, Alemanha e Reino Unido, em 2016.

4. Condições Legais de Acesso ao Mercado

4.1. Regime de Importação

O mercado brasileiro caracterizou-se, até ao início dos anos 90, por um forte protecionismo e intervenção estatal. O programa de reformas de 1990 consagrou uma progressiva liberalização das trocas comerciais e a integração da economia brasileira a nível internacional. No entanto, este país continua a apresentar uma forte (e complexa) carga fiscal incidente sobre a importação da maioria dos produtos.

A exportação da generalidade das mercadorias para o mercado brasileiro não está sujeita, como regra, a restrições (licenciamento). Existem, não obstante, algumas exceções para as quais é necessária a observância de determinados requisitos e a autorização prévia das autoridades competentes (licenciamento não automático), designadamente no que respeita a produtoa alimentares.

A lista de produtos sujeitos a autorização prévia pode ser consultada no *site* do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

A entrada de determinado tipo de bens, como brinquedos e coco ralado, pode ainda estar dependente de procedimentos especiais na autorização.

Os procedimentos de importação estão informatizados através do Sistema Integrado de Comércio Exterior, denominado SISCOMEX que, por via do estabelecimento de um fluxo único das várias informações, promove a integração das atividades de registo, acompanhamento e controlo das

operações de importação/exportação. No entanto, apesar da desmaterialização da tramitação administrativa, a demora do processo de desalfandegamento das importações manteve-se.

Em abril de 2014 foi lançado o Programa Portal Único de Comércio Exterior, que visa unificar os sistemas dos vários órgãos envolvidos nos processos de importação e exportação (reduzindo assim a carga burocrática) e funcionar como um "guichet único" para acompanhar as operações de exportação e importação no país. Aguardando-se ainda pelo funcionamento em pleno deste Programa, foi dado um primeiro passo com o lançamento do Portal SISCOMEX que, numa fase inicial, tem por objetivo simplificar o acesso aos serviços e sistemas governamentais e à legislação pertinentes às operações de comércio exterior.

No que se refere aos procedimentos de importação propriamente ditos, todas as mercadorias importadas no mercado brasileiro estão sujeitas a Despacho Aduaneiro, processado pelas entidades alfandegárias com base nas informações constantes na Declaração de Importação.

O sistema administrativo das importações brasileiras encontra-se regulado na Portaria n.º 23, de 14 de julho de 2011, e compreende as seguintes modalidades:

- Importações Dispensadas de Licenciamento;
- Importações Sujeitas a Licenciamento Automático;
- Importações Sujeitas a Licenciamento Não Automático.

Como já foi referido, regra geral, as importações brasileiras estão dispensadas de licenciamento, devendo os importadores somente providenciar o registo da Declaração de Importação no Siscomex, com o objetivo de dar início aos procedimentos de Despacho Aduaneiro junto à unidade local da Receita Federal do Brasil.

As importações sujeitas a licenciamento ocorrem nos casos em que a legislação exija a autorização prévia de órgãos específicos da Administração Pública para a importação de determinadas mercadorias, ou quando condições específicas devam ser observadas. Nesses casos, o importador deve solicitar uma Licença de Importação com a antecedência prevista na legislação.

O licenciamento dos bens (Licença de Importação - LI) pode ser automático ou não automático (bens sujeitos à Licença de Importação não automática ou proibição na importação).

Os interessados podem consultar o fluxograma no Portal brasileiro de comércio exterior *Invest & Export* Brasil, que sistematiza o processo para a importação de mercadorias no Brasil.

Importa, ainda, destacar que a exportação de produtos portugueses de origem animal (ex.: produtos da pesca; carnes; leites e seus produtos) para o Brasil está sujeita ao cumprimento dos seguintes procedimentos:

- O estabelecimento português deve entrar em contacto com os serviços veterinários da respetiva região (Direções de Serviços de Alimentação e Veterinária Regionais – DSAVR) da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV);
- As DSAVR efetuam um controlo ao estabelecimento para verificação do cumprimento dos requisitos legais (a legislação brasileira agropecuária pode ser consultada no SISLEGIS);
- Se o operador observar as regras em vigor, a DGAV solicita à autoridade brasileira a inclusão do estabelecimento na lista de estabelecimentos aprovados a exportar para o Brasil, disponível no portal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (MAPA);
- O operador pode, então, iniciar o processo de registo de rótulos, ou seja, para cada tipo produto que pretende exportar para o Brasil, necessita de preencher um formulário (regras de preenchimento). Este formulário tem que ser conferido e assinado pela respetiva DSAVR antes do operador o submeter à apreciação da autoridade brasileira (MAPA). A decisão pode ser de aprovação, aprovação com restrições (neste caso não há necessidade de novo pedido, o rotulo está aprovado devendo, no entanto, na prática, ser corrigida a restrição indicada) ou de reprovação (neste caso o exportador tem que fazer novo pedido de registo de rótulo, corrigindo o "erro", e juntando em anexo a folha com a reprovação anterior para evitar nova análise aprofundada do processo). Os rótulos aprovados têm uma validade de 10 anos a partir da data de aprovação, sendo esta validade conferida no momento da solicitação da Licença de Importação;
- Quando concluído o processo de inclusão do estabelecimento na lista de estabelecimentos habilitados a exportar para o Brasil e registo do rótulo, o operador pode começar a exportar, solicitando o certificado de salubridade à DSAVR.

Os interessados devem consultar a informação disponível no *site* da DGAV sobre os procedimentos de exportação para o Brasil.

No que respeita aos vinhos, interessa referir que os exportadores já não necessitam de se "cadastrar"/registar previamente junto do MAPA, nem de proceder ao registo das respetivas marcas/rótulos desde novembro de 2009.

De qualquer modo, mantém-se a premissa de que a autorização para a importação de vinhos só é concedida se os mesmos respeitarem o previsto na legislação específica, nomeadamente, na Lei n.º 7.678/88, de 8 de novembro (dispõe sobre a produção, circulação do vinho e derivados da uva e do vinho) e no Decreto n.º 8.198/2014, de 20 de fevereiro (regulamenta a Lei n.º 7.678).

Relativamente aos problemas de genuinidade de azeite exportado de Portugal, embalado no Brasil e comercializado como sendo azeite genuíno, induzindo fraudulentamente o consumidor em erro, foi

assinado, entre os Ministérios da Agricultura dos dois países, um Memorando para cooperação no domínio do azeite, o qual tem por objetivo promover a cooperação institucional e técnica entre Portugal e o Brasil, tendo em vista o cumprimento pelos agentes económicos dos dois países das normas que regulam o controlo da qualidade do produto, em conformidade com os respetivos Direitos internos.

Segundo o mencionado memorando, o controlo de qualidade do azeite é feito à saída de Portugal por laboratórios acreditados pelos dois países, implicando uma relevante cooperação institucional e técnica dos agentes económicos, para que nos processos de produção, análise, certificação, rotulagem e comercialização sejam respeitadas as normas de qualidade. A lista de laboratórios portugueses aprovados pelo MAPA para "Azeite de Oliva e Óleo de Bagaço de Oliva" encontra-se disponível no respetivo *site*.

Apesar das particularidades, supra referidas, alerta-se que, de um modo geral, no que se refere à exportação de produtos de origem animal e de produtos de origem vegetal, as empresas portuguesas devem previamente inquirir, respetivamente, junto da Divisão de Internacionalização e Mercados e Direção de Serviços de Sanidade Vegetal, da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) em Portugal, sobre a possibilidade de realizar a exportação dos seus produtos para o Brasil. Com efeito, pode não ser possível, desde logo, exportar produtos de origem animal ou vegetal para este mercado pelo facto de Portugal não se encontrar habilitado para a exportação (necessidade de acordo entre os serviços veterinários/fitossanitários de Portugal e país de destino no que se refere ao procedimento e/ou modelo de certificado sanitário/fitossanitário).

As barreiras não tarifárias às exportações do setor agroalimentar podem ser consultadas no Portal GlobalAgriMar, do GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, tutelado pelo Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Ministério do Mar (ver tema "Facilitação da Exportação" e, depois, "Constrangimentos" / "Constrangimentos à Exportação"). O facto de determinados produtos não constarem na lista de constragimentos à exportação não significa que Portugal esteja habilitado a exportar para o mercado. Eventualmente, pode nunca ter existido qualquer intenção de exportação por parte de empresas portuguesas, condição indispensável para a DGAV iniciar o processo de habilitação (Formulário de Exportação).

Para melhor entendimento das várias fases destes processos, consultar, no referido Portal, a apresentação esquemática sobre os processos de habilitação para a exportação de:

- Animais, Produtos Animais e Produtos/Subprodutos de Origem Animal;
- Vegetais e Produtos Vegetais com Risco Fitossanitário.

A documentação (geral/específica) exigida para a importação das mercadorias neste país pode ser consultada no tema *Procedures and Formalities* no *site* da *Market Access Database (MADB)*[18]. É possível clicar nos *itens* aí referidos para obter informação pormenorizada sobre cada uma das formalidades/documentos, chamando-se especial atenção para a coluna *Country Overview*, na qual podem ser consultadas variadíssimas matérias, de entre as quais se destacam os procedimentos aduaneiros de importação, a licença de importação, as importações de produtos de origem animal e vegetal, as regras de rotulagem e embalagem e a regulamentação técnica de produtos.

Quanto aos direitos alfandegários, o Brasil adotou, em 1 de janeiro de 1995, a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), baseada no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH).

Com a entrada em vigor da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, o Brasil passou a aplicar, na maioria dos produtos importados de países terceiros, o mesmo nível de direitos alfandegários que os restantes parceiros, sendo que, periodicamente, são estabelecidas exceções (redução ou aumento temporário do imposto de importação) para os produtos considerados sensíveis.

O Imposto de Importação (II), cobrado aquando da entrada do produto no mercado, é calculado numa base *ad valorem* sobre o valor CIF das mercadorias e pode ser consultado no *site* *MADB*, no tema *Tariffs*, selecionando o mercado e o produto / código pautal[19].

Para além do Imposto de Importação, há, também, lugar ao pagamento dos seguintes encargos:

- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – Em geral, é calculado numa base *ad valorem*, embora para certos produtos seja calculado por um valor fixo por unidade.
- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – As taxas deste tributo, similar ao IVA, variam entre 7% e 25% consoante o Estado de destino das mercadorias (em São Paulo, por exemplo, a taxa normal é de 18%, com exceção de alguns produtos previstos em lei própria). Ao contrário do imposto pago no desembaraço aduaneiro que, como já foi referido, varia de Estado para Estado, desde 1 de janeiro de 2013 que vigora uma taxa única de 4%, em todos os Estados, nas operações interestaduais seguintes à respetiva importação. Esta taxa única incide sobre a primeira saída da mercadoria do estabelecimento importador para outro estado da Federação, desde que a mercadoria não tenha sofrido industrialização ou, apesar de submetida a industrialização, o conteúdo de importação seja superior a 40%, e não se aplica nas operações interestaduais com mercadorias importados do exterior que não tenham similar nacional.
- Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Património do Servidor Público (PIS Importação) – Taxa de 2,1% para a quase totalidade das importações (esta taxa aumentou de 1,65% para 2,1% a partir de 1 de maio de 2015);

[18] Os critérios de pesquisa são os seguintes: selecionar o mercado - *Country /Brazil*; introduzir as posições pautais dos produtos - *Product Code* - a 4 ou 6 dígitos e clicar em *Search*.
[19] Os critérios de pesquisa são os mesmos utilizados para obter a documentação (geral/específica) exigida para a importação das mercadorias.

- Contribuição para o Financiamento da Segurança Social (COFINS Importação) – Taxa de 9,65% para a quase totalidade das importações (esta taxa aumentou de 7,60% para 9,65% a partir de 1 de maio de 2015).

A aplicação destes impostos é feita em cascata, ou seja, de forma cumulativa:

- Valor CIF x II (Imposto de Importação) = A
- A x IPI (Imposto sobre Produtos Industriais) = B
- B + PIS Importação + COFINS Importação (determinados pela tabela oficial da Receita Federal e calculados sobre o valor CIF das mercadorias) = C
- C + taxa do SISCOMEX (sistema informático de comércio exterior, que é de R$ 185,00 por DI - Declaração de Importação mais R$ 29,50 por cada adição à DI, ou seja, por cada produto com classificação pautal diferente) = D
- D / ICMS (Imposto sobre a Circulação de Bens e Serviços, calculado por dentro, i. e. no caso do ICMS ser 18% – taxa normal no Estado de São Paulo, em vez de multiplicar por 18%, divide por 0,82; já se o ICMS for 17% – taxa normal na maioria dos restantes Estados, divide por 0,83) = Resultado dos principais impostos aduaneiros.

A este resultado há ainda que adicionar taxas aduaneiras, tais como:

- FRMM – Frete para Renovação da Marinha Mercante, que é 25% sobre o valor do frete marítimo e que deve entrar na base de cálculo do ICMS;
- Taxa de capatazia;
- Taxa de armazenagem;
- Desconsolidação;
- Desembaraço;
- Serviços do despachante;
- Liberação do *bill of lading*.

Os interessados podem, igualmente, aceder ao Simulador do Tratamento Tributário e Administrativo das Importações (Receita Federal) para identificar o exato valor dos encargos de importação e eventuais exigências administrativas na entrada de produtos.

Quer o *site Market Access Database* quer o Simulador do Tratamento Tributário e Administrativo das Importações (Receita Federal) podem não refletir o aumento ou redução temporária do imposto de importação (exceções à TEC fixadas pelo Brasil) pelo que os interessados devem confirmar se a taxa do imposto de importação que consta na base de dados/simulador é a que figura nas seguintes listas disponíveis no *site* do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços:

- *Lista de Exceções à TEC*

De acordo com a Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) n.º 26/15, o Brasil está autorizado a manter, até 31 de dezembro de 2021, uma lista de 100 códigos NCM como exceções à TEC. Estas exceções temporárias podem, contemplar taxas inferiores ou superiores às da TEC, desde que não ultrapassem os níveis tarifários consolidados na OMC – Organização Mundial do Comércio.

- *Lista de Exceções de BIT* – Bens de Informática e Telecomunicações (Ex-Tarifário)

O regime de Ex-Tarifário consiste na redução temporária da taxa do imposto de importação dos bens assinalados como BIT (Bens de Informática e Telecomunicações) e/ou BK (Bens de Capital) na TEC, quando não houver a produção nacional (à data de atualização deste documento não existia qualquer Lista de Exceções de BK – Bens de Capital disponivel no *site* do MICS).

- *Lista de reduções temporárias por desabastecimento (Resolução GMC n.º 08/2008)*

Nos casos de problemas decorrentes de desequilíbrios de oferta e de procura em qualquer dos países membros do MERCOSUL, estes podem utilizar o mecanismo de redução tarifária temporária das taxas de importação da TEC previsto pela Resolução n.º 08/08, do Grupo Mercado Comum (GMC), de forma unilateral e com limites quantitativos.

As Resoluções da CAMEX (Câmara de Comércio Exterior) relativas às exceções à TEC do MERCOSUL podem ser consultadas no respetivo *site*.

Ainda no âmbito dos encargos aduaneiros cumpre destacar que, após anos de suspensão do diálogo, em maio de 2010 a União Europeia e o MERCOSUL (do qual faz parte o Brasil) retomaram as negociações para a celebração de um Acordo de Associação Inter-Regional que, entre outras matérias, visa a eliminação das barreiras tarifárias (com redução/isenção do Imposto de Importação), não existindo, no entanto, data certa para a conclusão das mesmas (*About Expected Benefits of the EU-Mercosur Agreement May 2016*). Com efeito, as partes trocaram propostas sobre comércio de bens e serviços e contratação pública a 11 de maio de 2016, após o que ocorreram mais três rondas de negociações, tendo a última ronda sido realizada em Bruxelas entre 3 e 7 de julho de 2017. A próxima ronda de negociações está prevista para outubro de 2017 (informações atualizadas sobre as negociações em curso podem ser obtidas no *Overview of Ongoing Negotions*).

No que se refere à importação de serviços, por não haver transporte físico/material de um bem, não está sujeita à liquidação de imposto de importação e demais encargos na alfândega aquando da sua entrada no mercado de destino, sendo, no entanto, objeto de outro tipo tributação, mais complexa. Nesta matéria sugerimos a consulta da apresentação do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro que refere, em pormenor, cada um dos seis impostos que pode recair sobre a importação de serviços no Brasil. Este documento faz uma boa caracterização da carga tributária que pode incidir sobre

a importação dos serviços em termos gerais mas há sempre que analisar caso a caso, consoante a definição do serviço em apreço (segundo a lei brasileira), que impostos se aplicam à situação em concreto.

Por último, dada a sua relevância para a comercialização dos produtos importados, importa referir que no Brasil a proteção do consumidor encontra-se regulada na Lei n.º 8.078, de 12 de setembro de 1990 (consultar *site* da *SEBRAE*) e a atividade de representação ou agência comercial encontra-se regulada na Lei n.º 4.886, de 9 de dezembro de 1965.

4.2. Regime de Investimento Estrangeiro

No Brasil, o investimento externo é regulado pela Lei n.º 4.131, de 3 de setembro de 1962 e regulamentado pelo Decreto n.º 55.762, de 17 de fevereiro de 1965.

Com as alterações introduzidas na Constituição em 1995 foi eliminada a distinção entre capital nacional e estrangeiro. Os investidores apenas necessitam de registar a transação no Banco Central do Brasil (BCB).

A maioria das áreas de atividade está aberta à iniciativa privada, com exceção de alguns setores, como por exemplo: desenvolvimento de atividades envolvendo energia nuclear, correios e telégrafos, assistência à saúde (salvo alguns casos previstos em lei) e indústria aeroespacial (lançamento e colocação em órbita de satélites, veículos, aeronaves, entre outras atividades).

Todos os investimentos estrangeiros estão sujeitos a registo no Banco Central do Brasil (BCB) e toda a informação prestada integra o Sistema de Informações do Banco Central (SISBACEN).

O capital estrangeiro deve, assim, ser registado no BCB, através do Sistema de Registo Declaratório Eletrónico de Investimento Externo Direto (Módulo RDE-IED).

O registo do investimento é efetuado em declarações prestadas pelo representante da empresa brasileira recetora e/ou pelo representante do investidor externo, através do Módulo RDE-IED, no prazo de 30 dias após o correspondente ato societário ou, no caso de transferência de participação, do contrato de compra e venda ou da liquidação de contrato de câmbio, ou dos registos das transferências internacionais em moeda nacional.

O retorno do capital investido pode concretizar-se a qualquer momento, sem necessidade de autorização prévia, sendo que os montantes superiores ao registado são considerados ganhos de capital em benefício do investidor estrangeiro e, portanto, sujeitos a Imposto de Renda retido na fonte e à aprovação do Banco Central.

Com vista à abertura de uma empresa no Brasil os interessados necessitam de constituir uma sociedade, o que implica a escolha de uma forma jurídica de acordo com o direito brasileiro, a elaboração dos respetivos estatutos ou contrato social e o registo da sociedade recém-criada, entre outras formalidades. A lei brasileira não impõe um limite mínimo de capital social para a constituição das duas principais formas de sociedades: sociedade limitada e sociedade anónima. Também não é obrigatório o recurso a sócio brasileiro, embora em muitas situações, a inclusão de parceiro local possa ser considerada uma mais-valia para o bom sucesso do negócio, ainda que não signifique qualquer simplificação de procedimentos legais a observar.

De destacar que em julho de 2011 a Lei n.º 12.441 alterou o Código Civil brasileiro para permitir a constituição de empresas individuais de responsabilidade limitada (EIRELI), tendo a mesma entrado em vigor a 9 de janeiro de 2012. A empresa individual de responsabilidade limitada é constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, que não pode ser inferior a 100 vezes o maior salário mínimo vigente no País (2017 = R$ 937,00/mês).

No que se refere à abertura de uma sucursal/filial no Brasil, devido à burocracia associada (Instrução Normativa DREI n.º 7, de 5 de dezembro de 2013), não é recomendável o estabelecimento de uma filial mas sim a criação de uma empresa de raiz/independente.

Para além da criação da empresa pode ser também necessário respeitar regulamentação específica para o exercício da atividade em causa (alvará de funcionamento).
De referir, ainda, que de acordo com as normas em vigor para a concessão de vistos podem existir montantes mínimos obrigatórios de investimento em moeda estrangeira, caso do visto permanente para investidor estrangeiro (investimento, em moeda estrangeira, em montante igual ou superior a R$ 500 mil – Instrução Normativa n.º 118, de 21 de outubro de 2015) e do visto para administrador, gerente, diretor ou executivo (investimento, em moeda estrangeira, em montante igual ou superior a R$ 600 mil, ou R$ 150 mil e geração de 10 novos empregos nos dois anos posteriores).

No que respeita a questões do âmbito da propriedade industrial (nomeadamente da proteção de marcas, patentes, *design*), as empresas podem consultar, no *site* do Instituto Nacional de Propriedade Industrial português, na página Fichas de Mercado de Apoio à Exportação, a Ficha de Mercado de Propriedade Industrial: *Marcas e Patentes: Brasil*.

O *site* *Invest & Export* Brasil disponibiliza um Guia sobre investimento no país em espanhol (*La Inversión Extranjera en Brasil*), atualizado em março de 2015, que contém, entre outras, informação sobre as várias formas de estabelecimento no Brasil, o regime laboral e o regime fiscal. No mesmo *site* são, igualmente, disponibilizadas as seguintes publicações com datas recentes mas apenas em inglês:

- *Investment Guide to Brasil 2017*;
- *Brazilian Official Guide on Investment Opportunities*;

- Série *How To Do Business and Invest in Brazil*, parceria entre o Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do Ministério das Relações Exteriores brasileiro com a *American Chamber of Commerce for Brazil* (disponibiliza, entre outras informações, Guias específicos sobre alguns Estados/cidades do Brasil: São Paulo e Pernambuco, sendo o registo/acesso às publicações gratuito).

Por sua vez, no *site* da Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade (Investe São Paulo) os interessados também podem aceder ao Guia Legal para o Investidor Estrangeiro no Brasil, de 2014 e em português.

Relativamente aos incentivos e no que se refere especificamente ao investimento estrangeiro, os apoios existentes são decididos, essencialmente, a nível estadual e local, tendo em conta a qualidade do investimento e o impacto para a região.

A APEX – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, enquanto entidade responsável pela angariação Investimento Direto Estrangeiro, pode ser abordada por potenciais promotores externos interessados em investir no Brasil.

Importa ainda realçar que, por forma a promover e a reforçar o desenvolvimento das relações de investimento entre os dois países, foram celebrados os seguintes acordos/convenções entre Portugal e o Brasil:

- Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo (em vigor desde 1 de novembro de 2008);
- Acordo sobre a Facilitação de Circulação de Pessoas (em vigor desde 5 de dezembro de 2007);
- Acordo sobre a Contratação Recíproca de Nacionais (em vigor desde 20 de outubro de 2003);
- Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento (em vigor desde 5 de Outubro de 2001);
- Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social (em vigor desde 16 de abril de 1995), bem como o respetivo Acordo de Alteração (em vigor desde 1 de maio de 2013);Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos (que ainda aguarda a troca de instrumentos de ratificação para a respetiva entrada em vigor).

Para mais informação sobre mercado brasileiro consulte o *site* da aicep Portugal Global.

5. Informações Úteis

Formalidades na Entrada

Passaporte: exigido a todos os visitantes.

Visto: os portugueses que viajam em negócios ou em turismo, estão dispensados de visto, podendo permanecer, no país, por 90 dias (prazo prorrogável por mais 90 dias).
Para trabalhar no Brasil (seja como trabalhador com contrato de trabalho, investidor ou outro), é obrigatória a obtenção de um visto.

Hora Local

O território brasileiro abrange três fusos horários, sendo UTC menos três horas a hora oficial do Brasil. Este fuso horário inclui o Distrito Federal (Brasília), os Estados de Minas Gerais, de Goiás, de Tocantins; e todos os Estados banhados pelo Oceano Atlântico.

Assim, face a Portugal, o Brasil tem menos duas a quatro horas, em termos de fuso horário, dependendo dos horários de inverno e de verão, nos dois países. Na hora de inverno de Portugal, o Brasil tem menos duas horas e na hora de verão tem menos quatro horas. Note-se que as mudanças de horário, nos dois países, não coincidem, pelo que haverá diferentes situações em dois curtos períodos.

Horários de Funcionamento

Serviços Públicos:

8h00 às 18h00 (segunda-feira a sexta-feira)
Obs: o horário de atendimento ao público varia de acordo com a repartição pública.

Bancos:

10h00 – 16h00 (segunda-feira a sexta-feira);
Obs: as caixas eletrónicas funcionam todos os dias, até às 22h00. Em algumas cidades, pode haver pequenas variações de horário de funcionamento das agências.

Comércio:

Dependendo da localização, certos estabelecimentos podem ter horários diferenciados e alguns funcionam 24 horas.

Tradicional
09h00 às 18h00 (segunda-feira a sábado)

Centros comerciais
10h00 às 22h00 (segunda-feira a sábado)
14h00 às 20h00 (domingo - São Paulo)
13h00 às 21h00 (domingo - Rio de Janeiro)

Supermercados
07h00 às 22h00 (segunda-feira a domingo)

Feriados

Data Fixa:

1 de janeiro – Dia de Ano Novo
21 de abril – Dia de Tiradentes
1 de maio – Dia do Trabalhador
21 de abril – Tiradentes
7 de setembro – Dia da Independência
12 de outubro – Dia de Nossa Senhora Aparecida
2 de novembro – Dia de Finados
15 de novembro – Proclamação da República
25 de dezembro – Dia de Natal

Data Móvel:

Terça-feira de Carnaval
Quarta-feira de Cinzas (até ao meio-dia)
Sexta-feira Santa
Corpo de Deus (Corpus Christi)

Locais:

20 Janeiro – Fundação da cidade do Rio de Janeiro
25 Janeiro – Fundação da cidade de São Paulo
23 Abril – São Jorge (Rio de Janeiro)
09 de julho – Revolução Constitucionalista
20 Novembro – Dia da Consciência Negra (cidades de São Paulo e Rio de Janeiro)

Corrente Elétrica

Estado de São Paulo	– 127 / 220v
Estado do Rio de Janeiro	– 127 / 220v
Brasília (DF)	– 220 / 380v

As voltagens indicadas representam as correntes elétricas disponíveis em cada Estado, consoante a ligação feita: monofásica ou trifásica.
A frequência da rede elétrica, no país inteiro, é de 60 Hz (diferente de Portugal que é de 50 Hz).
A consulta à tensão elétrica e frequência nos demais Estados poderá ser feita através do *site* da ABRADEE – Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia – http://abradee.org.br

Pesos e Medidas

O Brasil adota o Sistema Internacional de Unidades.

6. Contactos Úteis

Em Portugal

Embaixada do Brasil
Estrada das Laranjeiras, 144
1649-021 Lisboa
Tel.: +351 217 248 510/522 I Fax: +351 217 267 623
E-mail: gabinete@embaixadadobrasil.pt | http://lisboa.itamaraty.gov.br

aicep Portugal Global
Rua Júlio Dinis, 748 9º Dto.
4050-012 Porto – Portugal
Tel.: +351 226 055 300
E-mail: aicep@portugalglobal.pt | http://www.portugalglobal.pt

aicep Portugal Global
Av. 5 de Outubro, 101
1050-051 Lisboa – Portugal
Tel.: +351 217 909 500
E-mail: aicep@portugalglobal.pt | http://www.portugalglobal.pt

Consulado Geral do Brasil em Lisboa
Rua António Maria Cardoso, nº 39 Chiado
1200-026 Lisboa
Tel.: +351 211 358 587 | Fax: +351 211 320 516
E-mail: cg.lisboa@itamaraty.gov.br | http:// cglisboa.itamaraty.gov.br/

Consulado Geral do Brasil no Porto
Avenida de França, 20 – 1º
4050-275 Porto
Tel.: +351 226 084 070 | Fax: +351 226 084 089
E-mail: consular.porto@itamaraty.gov.br | https://porto.itamaraty.gov.br

Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira
Av. Conselheiro Fernando de Sousa, nº 11 - 6º
1070-072 Lisboa
Tel.: +351 213 477 475 I Fax: +351 213 424 388
E-mail: geral@ccilb.net | http://www.ccilb.net

COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, SA
Direção Internacional
Av. da República, n.º 58
1069-057 Lisboa
Tel.: +351 217 913 700 | Fax: +351 217 913 720
E-mail: cosec@cosec.pt | http://www.cosec.pt

No Brasil

Embaixada de Portugal em Brasília
Avenida das Nações, Quadra 801, Lote 2
CEP 70 402-900 Brasília - DF
Tel.: +55 61 3032 9600 | Fax: +55 61 3032 9642
E-mail: embaixadadeportugal@embaixadadeportugal.org.br | http://www.embaixadadeportugal.org.br

aicep Portugal Global - Agência para o Investimento e Comércio Externo
Edif. do Consulado Geral de Portugal
Rua Canadá, 324 - Jardim Europa
01436-000 São Paulo - SP
Tel.: +55 11 3084 1830 / 1832 | Fax: +55 11 3061 0595
E-mail: aicep.s.paulo@portugalglobal.pt | http://www.portugalglobal.pt

Secção Consular da Embaixada em Brasília
SES - Av. das Nações, Quadra 801, Lote 02
70402-900 Brasília - DF
Tel.: +55 61 3032 9600 | Fax: +55 61 3032 9627
E-mail: brasilia@mne.pt

Consulado Geral de Portugal em São Paulo
Rua Canadá, 324 - Jardim América
01436-000 São Paulo - SP
Tel.: +55 11 3084 1800 | Fax: +55 11 3085 5633
E-mail: consulado.saopaulo@mne.pt | www.consuladoportugalsp.org.br/

Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro
Rua São Clemente, 424 - Botafogo
CEP 22260-006 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: +55 21 3861 6450 | Fax: +55 21 2544 3382
E-mail: riojaneiro@mne.pt | www.consuladoportugalrj.org.br/

Consulado Geral de Portugal em Salvador
Avenida Tancredo Neves, nº 1632,
Edifício Salvador Trade Center, Torre Norte,
1º andar, Salas 109 a 113, Caminho das Árvores
CEP 41820-020 Salvador - Baía
Tel.: +55 71 3341 0636 / 3341 1499 | Fax: +55 71 3341-2796
E-mail: consulado.bahia@mne.pt

Consulado de Portugal em Belo Horizonte
Av. Álvares Cabral, 1366, 9º andar
CEP 30170-001 Lourdes - Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais
Tel.: +55 31 3614 4231 | Fax: +55 31 3348 5790
E-mail: consulado.belohorizonte@mne.pt | www.consuladoportugalbh.org.br

Vice-Consulado de Portugal em Belém
Rua dos Mundurucus, 3100 - salas 1202 e 1203
Edifício Metropolitan Tower
CEP 66040-270 Belém - Pará
Tel.: +55 91 3241 6666 | Fax: +55 91 3241 1181
E-mail: mail@belempara.dgaccp.pt | http://www.vcportugalbelem.org.br/

Vice-Consulado de Portugal em Curitiba
Rua Visconde do Rio Branco, 1358, 20ª andar, Centro
CEP 80420-210 Curitiba - PR
Telefone: +55 41 3233 4211 | Fax: +55 41 3222 1190
E-mail: mail@curitiba.dgaccp.ptb

Vice-Consulado de Portugal em Fortaleza
Edifício Santana Business - Aldeota
Rua Vicente Linhares, nº 521, sala 1603
CEP 60135-270 Fortaleza CE - Brasil
Tel.: +55 85 3261 7420 | Fax: +55 85 3261 7421
Telemóvel de Emergência: +55 85 8867 9850
E-mail: fortaleza@mne.pt

Vice-Consulado de Portugal em Porto Alegre
Rua Prof. Annes Dias, 112, 10º andar
CEP 90020-090 Porto Alegre - RS
Tel.: +55 51 3061 5767 | Fax: +55 51 3228 0087
E-mail: mail@cnpal.dgaccp.pt | http://www.consuladoportugalportoalegre.com/

Vice-Consulado de Portugal em Recife
Av. Eng.º Domingos Ferreira, 4060 - 6º andar - Boa Viagem
CEP 51021-040 Recife - PE
Tel.: +55 81 3327 1514 | Fax: +55 81 3327 1514
Telemóvel de Emergência: +55 81 9974 6894
E-mail: mail@recife.dgaccp.pt

Entidades Oficiais Brasileiras

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA
SIA Trecho 5, Área Especial, 57
CEP 71205-050 Brasília - DF
Tel.: +55 61 3462 – 6000 | Fax: +55 61 3462 - 5772
http://portal.anvisa.gov.br

Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos - APEX
Setor Bancário Norte – SBN Quadra 2 – Lote 11
Ed. Apex-Brasil
CEP 70040-020 Brasília - DF
Tel.: +55 61 3426 0202
E-mail: apexbrasil@apexbrasil.com.br I http://www.apexbrasil.com.br/

Câmara de Comércio Exterior - CAMEX
Esplanada dos Ministérios, Bloco J – 7º Sala 700
CEP 70053-900 Brasília - DF
Tel.: +55 61 2027 7906/2027-7090
http://www.camex.gov.br

Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI
Rua São Bento, 1 - Centro - RJ - CEP: 20090-010
Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro - RJ - CEP: 20090-910
Praça Mauá, 7 - Centro - RJ - CEP: 20081-240
Tel.: +55 21 3037 3000
http://www.inpi.gov.br

Associações

Associação Brasileira de Comércio Exterior - ABRACEX
Alameda Joaquim Eugénio de Lima, 1467
CEP 01403-033 São Paulo - SP
Tel.: +55 11 3051 8118
E-mail: abracex@abracex.org.br | http://www.abracex.org.br

Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ**)**
Rua da Candelária, 9, 11º e 12º andar
CEP 20091-020 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: +55 21 2263 9461 | Fax: +55 21 2291 1229
http://www.acrio.rio/

Associação Comercial de São Paulo (ACSP)
Rua da Boa Vista, 51 - Centro
CEP 001014-911 São Paulo - SP
Tel.: +55 11 3180 3737
E-mail: infocem@acsp.com.br | http://www.acsp.com.br

Associação de Comércio Exterior do Brasil - AEB
Avenida General Justo, 335 - 5.º - Centro
CEP 20021-130 Rio de Janeiro RJ
Tel.: +55 21 2544 0048 | Fax: +55 21 2544 0577
E-mail: aebbras@aeb.org.br | http://www.aeb.org.br

Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT
Rua Conselheiro Nebias, 1.131
Campos Eliseos
CEP 01203-002 São Paulo - SP
Tel.: +55 11 3017 3630
E-mail: atendimento.sp@abnt.org.br | http://www.abnt.org.br

Câmaras de Comércio Bilaterais

Federação das Câmaras Portuguesas de Comércio (Sede)
Rua Cincinato Braga, 434 – Bela Vista
CEP 01333-010 São Paulo - SP
Tel.: +55 11 4508 5223
E-mail: federacao_ccpb_geral@camaraportuguesa.com.br | http://www.federacao-camaras-portugal-brasil.com

Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil - São Paulo
Rua Cincinato Braga, 434 – Bela Vista
CEP 01333-010 São Paulo - SP
Tel.: +55 11 4508 5223
E-mail: miguelsetas@camaraportuguesa.com.br | http://www.camaraportuguesa.com.br

Câmara de Comércio Brasil-Portugal – Centro Oeste
SCLS 302 Bloco B Loja 22 - Asa Sul
CEP 70338-520 Brasília - DF
Tel.: +55 61 3225 6630 / +55 61 99975 3575
E-mail: diretoria@futuramoveis.com.br | http://brasilportugalco.org.br

Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil - Bahia
Rua Ilhéus, 131 – Rio Vermelho CEP 41940-570 Salvador Bahia
Tel.: +55 71 3015 7948 | Fax: +55 71 3334 6047
E-mail: diretoriaba@portugalbahia.com.br | http:// portugalbahia.com.br

Câmara Brasil-Portugal no Ceará - Comércio, Indústria e Turismo
Avenida Barão de Studart, 1980 - 2.º - Aldeota
CEP 60120-001 Fortaleza - Ceará
Tel.: +55 85 3261 7423 | Fax: +55 85 3261 7423
E-mail: secretariace@cbpce.org.br | http://www.cbpce.org.br

Câmara de Comércio Luso-Brasileira em Minas Gerais
Av. do Contorno, 6.777 – 5º. Andar, Sala 515 - Santo Antônio
CEP 30110-935 Belo Horizonte - MG
Tel.: +55 31 3213 1557 | Fax: +55 31 3213 1557
E-mail: presidente@camarabrasilportugal.com.br | http://www.camaraportuguesamg.com.br

Câmara Luso-Brasileira de Indústria, Comércio e Serviços do Pará
Travessa Quintino Bocaiúva, 1588 - Bloco A - 3º
CEP 66035-190 Belém - PA
Tel.: +55 91 3241 0265 | Fax: +55 91 3241 0265
E-mail: presidenciapa@brasilportugal.org.br | http://anterior.cbpce.org.br/pa/

Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil - Paraíba
Av. João Machado, n° 310, sala 102
CEP 58013-310 João Pessoa - Paraíba
E-mail: camarabrptdoestadodaparaiba@gmail.com

Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil - Paraná
Rua Paula Gomes, 929 - Bairro São Francisco
CEP 80510-070 Curitiba - Paraná
Tel.: +55 41 3027 6565 | +55 41 3339 7471
E-mail: secretaria@ccbp-pr.org.br | http://www.ccbp-pr.org.br/

Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Brasil / Portugal - Pernambuco
Rua da Aurora, 1225 - 1.º - Santo Amaro
CEP 50040-090 Recife - PE
Tel.: +55 81 3223 8802 | Fax: + 55 81 8680-7292
E-mail: faleconosco.pe@brasilportugal.org.br | http://www.cbpce.org.br/pe/

Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria no Brasil - Rio de Janeiro
Avenida Graça Aranha, 1 - 6º
CEP 20030-002 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: +55 21 2563 4178 / 2533 4189 | Fax: +55 21 2533 4189
E-mail: atendimento@camaraportuguesa-rj.com.br | http://www.camaraportuguesa-rj.com.br/

Câmara Brasil-Portugal do Rio Grande do Norte
Av. Rio Branco, 728. - Natal
Rua Raimundo Chaves, 2182, Sala 101, Empresarial Candelária Bairro
CEP: 59025-970 Natal - Rio Grande do Norte
Tel.: +55 84 3215 0809
E-mail: eopatricio@gmail.com I http://www.cbpce.org.br/rn/

Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil - Santa Catarina
SC 401 - N° 8600 - B. Sto. António de Lisboa | Corporate Park - Bl. 2 Sl. 1
CEP: 88050-000 Florianópolis – Santa Catarina
Tel.: +55 48 3364 8600
E-mail: camarasc@brasilportugal.org.br / cristiano@brasilportugal.org.br /mauricio@brasilportugal.org.br

Câmara de Comércio Portuguesa no Brasil - Rio Grande do Sul
Rua Lopo Gonçalves, 555 - Cidade Baixa
CEP 90050-350 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel.: + 55 51 3083 1751
E-mail: secretaria@ccbp-rs.org.br | http:// www.brasilportugal.org.br/rs/

7. Endereços de Internet

A informação *online* aicep Portugal Global pode ser consultada no *site* da Agência, nomeadamente, nas seguintes páginas:

- Guia do Exportador
- Guia de Internacionalização

- Temas de Comércio Internacional
- Mercados Externos (Brasil)
- Livraria Digital

Outros endereços:

- Acordos dos quais o Brasil é Parte / Invest & Export Brasil – Guia de Comércio Exterior e Investimento (Acordos)
- African Development Bank (AfDB), do qual o Brasil é membro não regional
- Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (APEX)
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)
- Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade (Investe São Paulo) / Guia Legal para o Investidor Estrangeiro no Brasil 2014
- Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI)
- Associação Brasileira de Comércio Exterior (ABRACEX)
- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)
- Associação Comercial de São Paulo (ACSP)
- Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ)
- Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB)
- Banco Caixa Geral Brasil
- Banco Central do Brasil (BCB)
- Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES)
- Bank for International Settlements (BIS)
- Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira

- Câmara de Comércio Exterior (CAMEX)
- CAPTA - Sistema de Consultas sobre Tarifas, Regras de Origem e Serviços dos Acordos Comerciais Brasileiros
- Comunidad Andina, da qual o Brasil é membro associado
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
- Delegação da União Europeia no Brasil
- Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) / Direções de Serviços de Alimentação e Veterinária Regionais (DSAVR)
- Doing Business in Brazil 2017 / Doing Business in Brazil – Starting a Business 2016 – Rio de Janeiro / Doing Business in Brazil – Starting a Business 2016 – São Paulo / Doing Business in Brazil – Business Reforms 2017 / Trading Across Borders in Brazil 2016 – Rio de Janeiro / Trading Across Borders in Brazil 2016 – São Paulo (Doing Business Project – World Bank Group)
- Embaixada de Portugal no Brasil
- Embaixada do Brasil em Portugal / Consulado-Geral do Brasil em Lisboa, Porto e Faro
- European External Action Service (EEAS) – Brasil and the EU / Trade Relations EU-MERCOSUR / About Expected Benefits of the EU-Mercosur Agreement May 2016
- Federação das Câmaras Portuguesas no Brasil
- Fundação Getúlio Vargas (FGV)
- Guia Prático – Destacamento de Trabalhadores de Portugal para Outros Países (Instituto da Segurança Social)
- Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
- Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR)
- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO)

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) em Portugal / Fichas de Apoio à Exportação / Ficha de Mercado de Propriedade Industrial – Marcas e Patentes: Brasil
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) no Brasil
- Inter-American Development Bank (IDB)
- Invest & Export Brasil / Importar / Investir / Investment Guide to Brasil 2017 / La Inversión Extranjera en Brasil 2015 (Guia de Investimento) / Série How To Do Business and Invest in Brazil: São Paulo e Pernambuco (o registo e o acesso às publicações em inglês é gratuito) – este projeto resulta de uma parceria entre o Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do Ministério das Relações Exteriores brasileiro com a American Chamber of Commerce for Brazil
- Market Access Database – MADB (Tariffs; Procedures and Formalities; Trade Barriers)
- Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
- Ministério da Fazenda (MF)
- Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)
- Ministério das Relações Exteriores (MRE)
- Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)
- Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – Compras Públicas
- Ministério do Turismo (MT)
- Novo Quadro de Apoio Portugal 2020 / Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (Compete 2020)
- Organización dos Estados Americanos (OEA)
- Portal da Legislação (Governo Federal)

- Portal das Comunidades Portuguesas (Ministério dos Negócios Estrangeiros) / Trabalhar no Estrangeiro (Brasil) / Conselhos aos Viajantes (Brasil)
- Portal do Governo Federal
- Portal GlobalAgriMar (Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral - GPP) / Constrangimentos, Formulário de Exportação, Fichas de Internacionalização (produto e mercado) / Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural / Ministério do Mar
- Portal Exame (Revista Digital)
- Portal Tributário
- Receita Federal / Orientação Aduaneira
- Receita Federal: Simulador do Tratamento Tributário e Administrativo das Importações
- Receita Federal: Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX)
- Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (RENAI)
- Secretaria Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)
- Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça
- Segurança Social (Destacamento de Trabalhadores para Países com os quais foram celebrados Acordos Bilaterais / Convenções, como é o caso do Brasil)
- Seguro de Investimento Português no Estrangeiro da COSEC / Formas de Realização de Investimento / Riscos e Coberturas / Contactos
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) – Instituição Privada
- Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (AliceWeb2)
- Sistema de Información sobre Comercio Exterior de la Organización de los Estados Americanos (SICE)
- Sistema Económico Latino-americano y del Caribe (SELA)
- Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR)
- United Nations (UN) / Funds, Programmes, Specialized Agencies and Others
- Visit Brasil

- World Bank Group
- World Trade Organization (WTO)